


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA VITORIANO

LESBIANIDADE EM QUESTÃO: Um Estudo Fenomenológico



ARARAQUARA – S.P.
2023

ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA VITORIANO

LESBIANIDADE EM QUESTÃO: Um Estudo Fenomenológico

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

Orientador: Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns

ARARAQUARA – S.P.
2023

V8451

VITORIANO, ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA
LESBIANIDADE EM QUESTÃO : Um Estudo Fenomenológico /
ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA VITORIANO. -- Araraquara, 2023
90 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Maria Alves de Toledo Bruns

1. Lesbianidade. 2. Homossexualidade feminina. 3. Lesbianismo. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA VITORIANO

LESBIANIDADE EM QUESTÃO: Um Estudo Fenomenológico

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores

Orientador: Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns

Data da defesa: 27/02/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns, Doutora em Psicologia Educacional
Docente e pesquisadora, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Célia Regina Vieira de Souza Leite, Doutora em Psicologia
Docente e pesquisadora, Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto/SP.

Membro Titular: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti, Livre Docente em Sociologia da Educação.
Docente e pesquisadora, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Araraquara.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Às mulheres que me permitiram acessar o mundo-vida da lesbianidade, por meio de suas histórias de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, pelo dom da vida e por não me desamparar em nenhum momento de minha existência humana.

Aos meus pais, Ana Maria de Oliveira Vitoriano e Idário Antônio Vitoriano, por exercerem com tamanha sabedoria a missão de me educar com amor e cuidado, ajudando-me a compreender a importância de ir em busca da realização de todos os meus projetos de vida.

À minha irmã, Danielle Vitoriano, por ser minha amiga, confidente e aquela pessoa que vibra a cada vitória conquistada, dando-me o maior exemplo de que a irmandade é uma grande fonte de afeto e sustento.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns, por me acolher com generosidade e respeito, conduzindo-me a uma linda trajetória de aprendizados.

Às mulheres colaboradoras desta pesquisa que, gentil e amorosamente, aceitaram compartilhar comigo suas histórias de vida, compreendendo que a construção de novos saberes é fundamental para a educação emancipatória e, conseqüentemente, para um país mais respeitoso com os diferentes e diversos modos de ser.

À Faculdade de Ciências e Letras “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP Araraquara/SP, aqui representada pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, minha eterna gratidão por ter me possibilitado ser aluna de uma das melhores universidades do país. Almejo continuar cumprindo o legado que tão bem me transmitiram no decorrer de minha formação profissional: o de permanecer contribuindo para a construção de uma educação sexual inclusiva e emancipatória.

À banca examinadora da defesa desta dissertação, Prof. Dra. Célia Regina Vieira de Souza Leite e Profa. Associada Luci Regina Muzzeti, muito obrigada por terem aceitado nosso convite e contribuírem de forma tão significativa com esta pesquisa.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da UNESP e do Grupo de Pesquisa Sexualidade Vida, agradeço a amizade, parceria e as trocas sempre repletas de significado e sentido.

À todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste ciclo e término desta dissertação, meu mais sincero obrigada!!!

RESUMO

O que é o fenômeno da lesbianidade? Como é a história de vida de mulheres lésbicas? Frente a estas indagações, nosso objetivo neste estudo foi compreender a história de vida de dez mulheres lésbicas que aceitaram dialogar conosco. Trata-se de um estudo que utiliza a metodologia de pesquisa qualitativa fenomenológica, e o diálogo se deu por meio da entrevista fenomenológica, a qual apresentamos somente uma questão norteadora: *“Conte-me a respeito de sua história de vida desde sua infância, passando por sua adolescência e adultez, pelo momento que você percebeu o seu desejo afetivo-sexual dirigido a outras mulheres, seus relacionamentos, até o momento atual”*. Para as análises compreensivas dos discursos, elegemos a perspectiva do teórico contemporâneo Mauro Martins AmatuZZi. No desenrolar da análise dos relatos de nossas colaboradoras, vimos surgir as seguintes categorias: (1). Nos horizontes da infância; (2). Nos horizontes da adolescência e adultez; (3). O sair do armário: a experiência de se assumir lésbica (Subcategoria 1 – A compreensão de si mesma enquanto mulher lésbica; Subcategoria 2 – Família, religiosidade e sociedade: matizes que envolvem o sair do armário). As análises realizadas permitiram-nos compreender que a história de vida de mulheres lésbicas perpassa por uma série de construções sociais que enlaçam a heterossexualidade como modelo normativo, contribuindo para que o processo de aceitação de sua própria sexualidade seja regado de dúvidas e medos, principalmente por influência das instituições sócio familiares e religiosas. As dez colaboradoras da pesquisa relataram algum tipo de medo e preconceito, quer seja ele advindo do meio intrafamiliar, laboral, social ou religioso. Quanto à literatura, além de confirmarmos que a terminologia lesbianismo – com o sufixo ismo que se refere a doenças – ainda é muito utilizada, compreendemos que as pesquisas referentes exclusivamente ao tema da lesbianidade estão aquém, em termos quantitativos, às pesquisas que se debruçam sobre a temática da homossexualidade masculina. Apontam-se horizontes de compreensão do fenômeno indagado, entendendo que é válido fomentar pesquisas nesta temática no intuito de viabilizar uma sociedade mais justa e que acolha o diverso em suas diferentes manifestações.

Palavras-chave: Lesbianidade; Homossexualidade feminina; Lesbianismo.

ABSTRACT

What is the phenomenon of lesbianity? How is lesbians' lifestory? Facing these quests, our purpose in this study has been to comprehend the lifestory of tem lesbian women, who accepted to dialogue with us. It is a research supported by the phenomenological qualitative research and the dialogue was based on the trigger statement: "Tell me about your childhood, going through your adolescence and adulthood, continuing through the moment you've noticed your affective-sexual desire directed to other women, your relationships so far. For the comprehensive analyzes, we have chosen the perspective of Mauro Martins Amatuzzi. The following categories emerged from the lifestories o four collaborators: (1). In the horizons of childhood; (2). In the horizons of adolescence and adult hood; (3). Coming-out: the experience of assuming themselves as lesbians (Subcategory 1 – Comprehending herself as a lesbian woman; Subcategory 2 – Family, religiosity and society: nuances that envolve the coming-out). The analyzes made it possible to understand that lesbians' lifestories go through a series of social constructions, which enlace heterosexuality as the normative model, contributing to the fears and prejudice in the self-acceptance process, mainly due to the influence of socio familiar and religious institutions. The tem collaborators of the research reported any kind of fear and prejudice, wheter it comes from the family, work, social ou religious environment. As for the literature, in addition to confirming that the terminology lesbianismo – which has the suffix ism in order to refer to deseases – is still used, we comprehended that researches related exclusively to lesbianity are bellow in quantitative terms, compared to researches about the male homossexuality. It is necessary to foment studies in this thematic in order to provide a fairer society to welcome diversity in its different manifestations.

Keywords: Lesbianity; Female sexuality; Lesbianism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma de seleção de estudos e extração dos dados da revisão sistematizada “lesbianidade, dos dados da revisão sistematizada “homossexualidade feminina” e “lesbianismo”.	15
Figura 2. Fluxograma de seleção de estudos e extração “homossexualidade feminina”.	15
Figura 3 - Critério de Classificação Econômica Brasil.	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Categorização de estudos selecionados para análise.....	16
Quadro 2 Obras de Mauro Martins AmatuZZi.....	38
Quadro 3 Perfil das Colaboradoras.....	48
Quadro 4 Perfil das Colaboradoras.....	48

SUMÁRIO

TRAJETÓRIA DA AUTORA: apresentação pré-reflexiva	11
1 NOS HORIZONTES DA LESBIANIDADE: QUE FENÔMENO É ESSE?	14
1.1 Perspectiva Terminológica	17
1.2. História da Lesbianidade no Ocidente	20
1.2.1. <i>Antiguidade</i>	21
1.2.2. <i>Idade Média</i>	23
1.2.3. <i>Renascimento</i>	24
1.2.4. <i>Século XIX</i>	25
1.2.5. <i>Século XX</i>	26
1.3. A Psicologia na História da Lesbianidade no Ocidente	27
1.4. História da lesbianidade no Brasil	29
1.5 Saúde da Mulher Lésbica	32
1.6 Os Estigmas e o Preconceito às Mulheres Lésbicas	33
2 A PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA DE MAURO MARTINS AMATUZZI....	37
2.1 Mauro Martins AmatuZZi: Vida e Obra	37
2.2 O Resgate da Fala Autêntica: uma breve introdução da obra	38
2.3 A Fala Original e as Expressões Segundas: Merleau-Ponty	39
2.4 O Diálogo Genuíno e o Palavreado: Martin Buber	40
2.5 Dizer sua Palavra: Paulo Freire	41
2.6 A autenticidade: Rogers	42
3 A METODOLOGIA QUALITATIVA FENOMENOLÓGICA.....	43
3.1 A Fenomenologia enquanto Filosofia e Método de Pesquisa	43
3.2 O Caminho Percorrido	46
3.3 Acesso às colaboradoras	46
3.4 Os percalços do caminho	46
3.5 Instrumentos de Acesso às Colaboradoras	47
4 ANÁLISES COMPREENSIVAS DOS RELATOS: COMO É A TRAJETÓRIA DE VIDA DE MULHERES LÉSBICAS?	50
4.1 Perfil das Colaboradoras.....	51
4.2 Categoria 1: Nos horizontes da infância	53
4.3 Categoria 2: Nos horizontes da adolescência e adultez	57
4.4 Categoria 3: O sair do armário: a experiência de se assumir lésbica	65
4.4.1 <i>Subcategoria 1: A compreensão de si mesma enquanto mulher lésbica</i>	<i>65</i>
4.4.2 <i>Subcategoria 2: Família, religiosidade e sociedade: matizes que envolvem o sair do armário</i>	<i>69</i>
4.5 Categoria 4: O momento presente.....	72

5 A COMPREENSÃO DO FENÔMENO INDAGADO: DESVELANDO SENTIDOS.	75
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS.....	83
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do cep.....	84
.....	84
ANEXO B - Critério de Classificação Econômica Brasil (2021)	85
APÊNDICES	86
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	87
APÊNDICE B - Roteiro para Construção do Perfil das Colaboradoras.....	90

TRAJETÓRIA DA AUTORA: APRESENTAÇÃO PRÉ-REFLEXIVA

Esse espaço foi destinado para que o leitor possa compreender a trajetória profissional da autora e sua busca pela compreensão do fenômeno indagado: a lesbianidade.

O ponto de partida do desejo em desvelar o fenômeno da homossexualidade se deu ao final do ano de 2017. À época, estava cursando o 4º ano de Psicologia na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), instituição localizada em Pouso Alegre/MG. Durante uma aula da disciplina “Terapia para Casais e Famílias”, deparei-me com o termo homofobia internalizada, o qual chamou-me a atenção e aguçou-me o desejo em pesquisar mais acerca do tema.

Após alguns diálogos com a Prof. Ms. Marcia Maria Coutinho de Oliveira, então responsável pela disciplina, manifestei meu desejo em fazer desta temática minha pesquisa de conclusão de curso, que seria apresentada ao final do ano de 2018, e a convidei para ser minha orientadora. Iniciamos nossos estudos que deram origem à pesquisa intitulada Homofobia Internalizada: O Estigma que Aprisiona a Liberdade do Ser. Nosso objetivo foi buscar o que a literatura nacional e internacional dizia a respeito da homofobia internalizada.

Dividimos nossa pesquisa em quatro capítulos: 1) Contextualização Histórica da Família e da Sexualidade; 2) Homofobia: O Estigma que Aprisiona a Liberdade do Ser; 3) Contribuições da Psicologia na Vivência da Homofobia Internalizada; 4) Considerações Finais. Como resultado, vimos que a homofobia internalizada é a terminologia designada ao processo de internalização de preconceitos e estigmas advindos da sociedade em todas as suas esferas – família, escola, grupo de amigos, mídias sociais, etc - e que atuam como matrizes de sentidos. Nela, o indivíduo homossexual vivencia a experiência de negação de sua orientação sexual, absorvendo em si mesmo valores, crenças, preconceitos, leis e normas, muitas vezes atrelados a uma moral heteronormativa e heterossexista.

A partir desta monografia, senti-me instigada a prosseguir meus estudos a respeito da homossexualidade. Concomitantemente, fui informada logo no início do ano de 2019, que o Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, categoria mestrado profissional, strictu sensu, da Faculdade de Ciências e Letras “Júlio de Mesquita Filho”, abriu o processo seletivo para novos discentes. A partir de um contato em comum, consegui dialogar com a Prof. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns, pessoa a quem eu já conhecia pela relevante contribuição científica na área da sexualidade e que colaborava como docente e pesquisadora do Programa. Atenta ao meu relato, deu-me as coordenadas necessárias para que eu acessasse as informações do processo seletivo e me inscrevesse. Foi assim que submeti o projeto intitulado “Homofobia Internalizada: O Estigma que Aprisiona a Liberdade do Ser” ao processo de seleção do

Programa, que ocorreu no período de abril a junho de 2019. Aprovada, iniciei como aluna regular no 2º semestre de 2019.

Durante nossas supervisões, nosso eixo investigativo foi sendo estreitado a fim de tornar nossa pesquisa mais organizada e com maior rigor científico. Assim, decidimos em comum acordo nos debruçar sobre a lesbianidade e buscar a compreensão da história de vida de mulheres lésbicas, elegendo a metodologia qualitativa fenomenológica como bússola para este desvelar. Feitas as modificações, o projeto foi submetido pela 1ª vez ao parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 08 de outubro de 2020, retornando em 30 de novembro de 2020 para adequações metodológicas. Após acatar as exigências do Comitê, reenviamos o projeto na data de 08 de janeiro de 2021 para nova análise, ao que tivemos parecer favorável emitido em 08 de fevereiro de 2021 sob o nº 4.528.863. Em seguida à aprovação, inauguramos a fase de entrevistas no dia 11 de março de 2021, com encerramento em 03 de maio de 2021. Após esse período, iniciamos a fase de elaboração desta dissertação.

Desse percurso, convidamos o(a) leitor (a) a conhecer os eixos investigativos que compõem esta dissertação e serão apresentados nos seguintes capítulos:

Capítulo 1 – Nos horizontes da Lesbianidade: que fenômeno é esse?

Neste capítulo, apresentamos o que a literatura nacional e internacional nos ensina acerca da lesbianidade.

Capítulo 2 – A perspectiva teórica de Mauro Martins AmatuZZi

Apresentamos aqui a contribuição teórica de Mauro Martins AmatuZZi, fenomenólogo eleito para ancorar a análise compreensiva dos relatos de nossas colaboradoras.

Capítulo 3 – A metodologia qualitativa fenomenológica como instrumento de investigação

Neste capítulo, percorremos a Fenomenologia enquanto filosofia para posteriormente a apresentarmos enquanto método de pesquisa. Também mostramos o caminho percorrido para chegarmos às colaboradoras de nosso estudo, os instrumentos utilizados para investigação e o perfil de cada colaboradora.

Capítulo 4 – Análises compreensivas: como é a história de vida de cada colaboradora?

Este capítulo tem como objetivo trazer as análises compreensivas realizadas a partir dos relatos obtidos, bem como as categorias que emergiram após estas análises, a saber:

Categoria 1: Nos horizontes da infância

Categoria 2: Nos horizontes da adolescência e adultez

Categoria 3: O sair do armário: a experiência de se assumir lésbica

Categoria 4: O momento presente**Capítulo 5 – A compreensão do fenômeno indagado**

Neste capítulo, apresentamos uma síntese da compreensão da lesbianidade a partir da história de vida de nossas colaboradoras. Finalizamos nossa pesquisa livres da pretensão de esgotarmos o tema, haja vista que o fazer científico se faz cada vez mais necessário para uma educação sexual emancipatória.

1 NOS HORIZONTES DA LESBIANIDADE: QUE FENÔMENO É ESSE?

O propósito deste capítulo é compreender o que a literatura nacional e internacional produziu ao longo dos últimos anos a respeito da lesbianidade. Para análise e compreensão do fenômeno indagado, utilizamos a Revisão Sistematizada que consiste numa investigação com foco em questão específica e bem definida, visando “identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis” (Galvão & Pereira, 2014). Portanto, deve ser ampla e não parcial em seus resultados (Galvão & Pereira, 2014).

Aplicou-se a estratégia de uma revisão sistematizada que se orienta seguindo alguns passos: (1.) formulação de uma pergunta de pesquisa: “O que a literatura nacional e internacional retrata acerca da lesbianidade?”; (2.) busca nas bases de dados disponíveis online, como por exemplo Google Acadêmico, Pepsic e Scielo; (3.) seleção do material seguindo os critérios de inclusão e exclusão adotados; (4.) leitura na íntegra dos estudos selecionados; (5.) elaboração de uma síntese dos dados; (6.) narrativa escrita dos resultados (Galvão & Pereira, 2014).

As bases de dados tomadas como fonte foram Google Acadêmico, Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e SciELO (Scientific Electronic Library Online).

Os critérios de inclusão foram: (a.) artigos, dissertações e teses; (b.) disponíveis integralmente na base de dados de acordo com palavras-chaves e resumo; (c.) publicados no período de 2010 a 2022. Os critérios de exclusão foram: (a.) entrevistas disponíveis em meios digitais, como Youtube e outros canais digitais;

Os estudos escolhidos para análise foram lidos na íntegra e, para uma melhor organização e compreensão do fenômeno, estabelecemos eixos temáticos.

A seguir, apresentaremos o Fluxograma utilizado para selecionar os estudos e extração dos dados da revisão sistemática de “lesbianidade”, “homossexualidade feminina” e “lesbianismo” (Figura 1) contendo os seguintes resultados: 741 estudos (731 no Google Acadêmico e 10 no PePSIC), dos quais foram excluídos 725 de acordo com os critérios de inclusão adotados, obtendo uma amostra final de 16 estudos. Também apresentaremos o Fluxograma de seleção dos estudos e extração dos dados para “homossexualidade feminina” (Figura 2) contendo os seguintes resultados: 25 estudos (SciELO) dos quais foram excluídos 22 estudos de acordo com os critérios de exclusão estabelecidos, obtendo uma amostra final de 3 estudos.

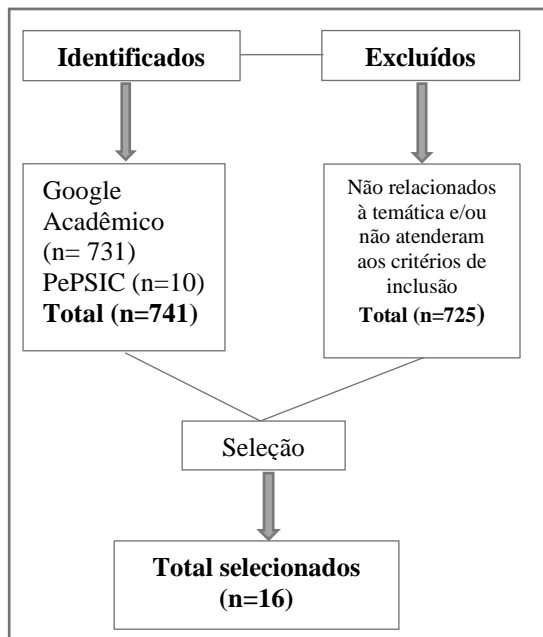


Figura 1. Fluxograma de seleção de estudos e extração dos dados da revisão sistematizada “lesbianidade, dos dados da revisão sistematizada “homossexualidade feminina” e “lesbianismo”. Nota. Elaboração própria.

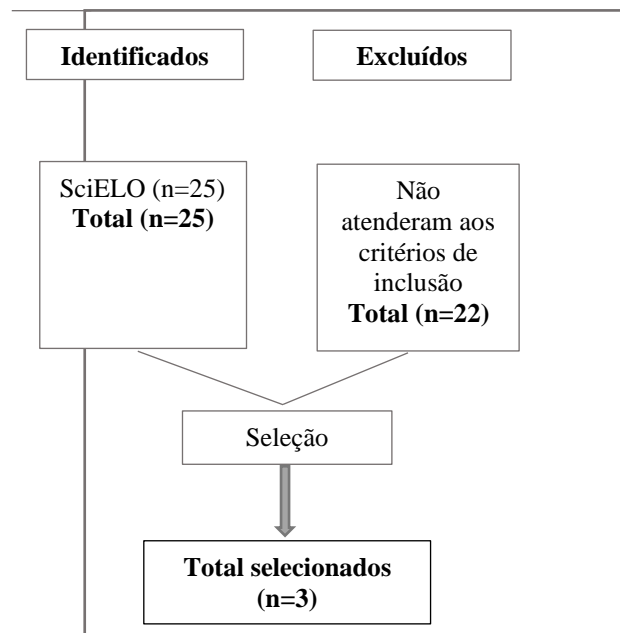


Figura 2. Fluxograma de seleção de estudos e extração “homossexualidade feminina”. Nota. Elaboração própria.

A partir da seleção dos estudos, categorizamos a amostra final em eixos temáticos a serem apresentados com seus respectivos autores a seguir:

Quadro 1

Categorização de estudos selecionados para análise

Eixos temáticos	Descrição	Referências
Perspectiva terminológica (3)	Investigação das terminologias utilizadas ao longo da história para mencionar a lesbianidade	Elguy e Andrade (2021); Guimarães e Aras (2013), Moura (2018).
História da lesbianidade no Ocidente (4)	Os estudos apresentaram o caminho histórico da lesbianidade em países do continente ocidental	Toledo e Teixeira (2011); Gonçalves e Carvalho (2019); Yang e Íñiguez-Rueda (2021); Silva e Araújo (2021).
História da lesbianidade no Brasil (5)	Os estudos apresentaram o percurso histórico da lesbianidade no Brasil	Fernandes, Lissa e Rodrigues (2020); Lino (2019); Oliveira (2015); Silva, Caetano e Soares (2020); Batista (2020).
Saúde da Mulher Lésbica (3)	Neste eixo, apresentamos como se dá o acesso à programas de saúde e políticas sociais específicos para mulheres lésbicas	Alves, Moreira e Prado (2020); Silva e Gomes (2021); Valadão e Gomes (2011).
Os Estigmas e o Preconceito às Mulheres Lésbicas (3)		Oliveira, Santos, Ramos, & Oliveira (2021); Dinis (2014); Toledo e Teixeira (2010)

Nota. Elaboração própria.

À critério de observação, pontuamos que o quadro acima mostra o estudo de Toledo e Teixeira (2010) sendo utilizado em dois eixos temáticos – história da lesbianidade no ocidente e estigmas e preconceito às mulheres lésbicas. Tal decisão se justifica pela contribuição mister dos autores com a temática.

A seguir, apresentamos os eixos temáticos desta revisão, reiterando que seguiremos a mesma ordem em que foram categorizados no quadro acima.

1.1 Perspectiva Terminológica

Encontrar estudos que se dediquem ao percurso histórico das terminologias empregadas para mencionar as homossexualidades ao longo da história não se faz tarefa simples, haja vista a escassez de pesquisas que se dediquem exclusivamente a este eixo temático. Nessa perspectiva, daremos enfoque ao estudo de Moura (2018), buscando dialogar sua contribuição com outros autores como Foucault (2017), Elguy e Andrade (2021) e Guimarães e Aras (2013).

As nomenclaturas utilizadas para fazer referência às homossexualidades sempre se modificam em acordo com o tempo e o espaço. Como intenção de nosso estudo e seguindo o pensamento de Moura (2018), faremos um recorte que se inicia no século XVII e caminha até o século XXI.

Até o início do século XVII, toda prática sexual era vivenciada de forma livre. A respeito disso, Foucault (2017) diz:

No início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e as coisas eram feitas sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos pavoneavam. (p. 7).

A partir da era vitoriana¹ nota-se o cerceamento dos discursos acerca da sexualidade pela sociedade burguesa. Sexo somente entre quatro paredes e, mesmo assim, permitido apenas quando praticado pelo casal legítimo e procriador (Foucault, 2017; Moura, 2018).

Do século XVIII ao século XIX há o advento da necessidade de se pensar nomenclaturas que fizessem referência às relações entre indivíduos do mesmo sexo biológico. Nessa perspectiva, “(. . .) a palavra para denominar os sujeitos homossexuais era ‘invertido’, já partindo de uma ideia de inversão sexual” (Santos, 2008, citado por Moura, 2018, p. 101).

O século XIX marcou o início do uso de um sentido da homossexualidade como doença, mas não o esgotou. Ao contrário, essa ideia sedimentou-se no decorrer do tempo em diversas

¹ Época do reinado da Rainha Vitória, ocorrido de 1837 a 1901, no Reino Unido. Foi marcada por grande desenvolvimento industrial e econômico, mas também por rígidos valores morais e de repressão para a sociedade britânica. (Mundo Educação, c2023).

áreas. A Classificação Internacional de Doenças (CID), por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS), realiza a categorização e padroniza a linguagem para compreender quais são as doenças existentes em todo o mundo. No século XX, o homossexualismo foi incluído como uma doença mental, sendo retirado somente em 1990, ou seja, próximo ao século XXI.

A partir daí, a prerrogativa é de que fosse adotada a terminologia homossexualidade² para mencionar tal orientação sexual (Guimarães & Aras, 2013), estendendo o mesmo direito aos diferentes grupos que compõem a sigla LGBTQIA+ (portanto lesbianidade, bissexualidade, transexualidade e assim sucessivamente). Entretanto, o uso do sufixo *-ismo* ainda ocorre, e é entendido pelos homossexuais como uma forma de reiterar o discurso médico patologizante que perdurou até a década de 1990 (Moura, 2018).

A literatura, a partir das normas de derivação e composição da gramática normativa, nos aponta os sentidos que estão contidos na utilização dos sufixos *-ismo* e *-idade*. Este, por sua vez, pode expressar “estado, situação, quantidade ou modo de ser” (Moura, 2018, p. 102). Já no caso de *-ismo*, há os sentidos de “doutrinas ou sistemas, modo de proceder ou pensar, forma peculiar da língua ou terminologia científica” (ibidem). Porém, como afirma o mesmo autor, os sentidos não caminham, necessariamente, para o que a forma da língua prescreve. Por essa razão é que se faz importante olhar para as disputas de sentido que o discurso impõe.

O cessar do uso da terminologia homossexualismo foi, e ainda é, pauta de luta para a militância LGBTQIA+, pois, histórica e gramaticalmente, esse termo vem carregado de um discurso patologizante. O termo *lesbianismo*, no entanto, carrega entendimentos controversos na literatura. Moura (2018) defende que não há problema em se utilizar lesbianismo, pois o sentido de doença não foi trabalhado na história dessa palavra, e, portanto, não haveria a ideia de patologia associada a ela. No caso de homossexualismo, entretanto, Moura (2018) diz que historicamente foram construídos discursos que associassem a palavra ao sentido de doença, e por isso se dá o combate ao uso do termo.

Vários autores, no entanto, afirmam que a manutenção do uso de *lesbianismo* reflete a reprodução de um discurso patologizante para se tratar as mulheres homossexuais (Toledo & Teixeira, 2011; Guimarães & Aras, 2013; Gonçalves & Carvalho, 2019; Elguy & Andrade, 2021). O termo *lesbianidade* é tido pelos que lutam pela causa lésbica como a alternativa ao uso de lesbianismo, e nasceu, segundo Gonçalves e Carvalho (2019), da militância lésbica em movimentos sociais, no caso do Brasil. Na contramão desta perspectiva, uma pesquisa aos

2 Os termos heterossexualidade e homossexualidade foram criados na Alemanha pelo médico austro-húngaro Karoly Maria Benkert (Moura, 2018).

dicionários Priberam, Dicio e Michaelis da Língua Portuguesa³ demonstra que o termo lesbianidade ainda é desconhecido.

Os artigos de Elguy e Andrade (2021) e Guimarães e Aras (2013) tratam do emprego de determinadas terminologias para se referir à homossexualidade masculina e à lesbianidade na biblioteconomia e na Medicina Legal, respectivamente. Os primeiros autores partem do questionamento de quais são os termos escolhidos para representar as mulheres homossexuais em bibliotecas, e como isso impacta socialmente essas mulheres. O uso de determinados termos pode promover a invisibilidade ou a visibilidade de determinados temas a partir da catalogação em bibliotecas, que, por sua vez, direcionam os usuários para a leitura de certos livros (Elguy & Andrade, 2021). Em relação à lesbianidade, grandes bibliotecas nacionais ainda mantêm o uso de *lesbianismo* como padrão para busca nas suas plataformas de pesquisa eletrônica, o que é definido pelos autores como inapropriado, e uma prática que reitera estigmas para essas mulheres.

O caso não é diferente na Medicina Legal, como definido por Guimarães e Aras (2013). Este ramo da medicina está em interseção com o direito e busca solucionar questões de interesse médico-jurídico. Em sua subdivisão de sexologia forense, livros atuais de medicina legal (França, 2011, citado por Guimarães e Aras, 2013) ainda adicionam o *homossexualismo* como um transtorno de identidade sexual. A homossexualidade feminina é assim definida:

Homossexualismo feminino - também chamado de safismo, lesbianismo ou tribadismo. É muito mais comum do que se pensa. Vai desde os ciúmes perseguidores até a prática de atos libidinosos. Existem, como na inversão masculina, graus variados que vão desde os tipos masculinizados (feições, hábitos, disfarces e maneiras de se portar) até os tipos femininos, delicados e ternos, nos quais jamais se poderia pensar numa inversão sexual. Também se distingue em ativas e passivas. Começa essa inversão muitas vezes em colégios, internatos, presídios, conventos e até nos prostíbulos, pelas amizades estreitas e continuadas. Não é raro encontrar-se uma lésbica, com filhos assumindo uma dupla personalidade, muitas vezes sem nenhuma aparência. A promiscuidade, o receio da gravidez, as decepções com os homens, os maus-tratos dos maridos, a educação moderna, a nova literatura, o comportamento

³ As definições encontradas para o termo lesbianismo nestes dicionários são, respectivamente: envolvimento afetivo e/ou sexual entre duas mulheres; homossexualidade feminina; safismo; tribadismo; atração física e/ou prática de relação afetiva e/ou sexual entre mulheres; homossexualismo feminino. (Priberam, c2022; Dicio, c2023; Michaelis, c2023).

masculino na atualidade, aproximando-se do unissexo, e a solidão podem ser considerados, entre outros, como elementos da gênese dessa anomalia. A chamada emancipação da mulher através dos princípios definidos pelos movimentos feministas e o exagero da liberdade que se apregoa têm determinado, sem dúvida, o aumento assustador do safismo. (França, 2011, p. 278).

Optamos pela citação direta de França (2011), como realizado em Guimarães e Aras (2013), pois entendemos que o trecho acima citado é deveras representativo da manutenção dos estigmas associados à homossexualidade. O autor em citação, além de associar as práticas afetivo-sexuais lésbicas com uma condição patológica, ainda se refere de forma banalizada ao movimento feminista e à liberdade feminina que, segundo ele, mulheres exageradamente livres estariam mais propensas ao *safismo*.

Além dos já citados, outros estigmas e preconceitos que se mantêm em decorrência do uso de terminologias lesbofóbicas serão analisados mais adiante, quando trataremos do eixo temático “Perspectivas dos Estigmas e do Preconceito acerca da Lesbianidade”.

1.2. História da Lesbianidade no Ocidente

Compreender o percurso trilhado pela lesbianidade na história do ocidente é também, segundo Toledo e Teixeira (2011), entender as raízes dos estigmas e preconceitos sofridos por essas mulheres. Nesse sentido, o artigo de Toledo e Teixeira (2011) fez-se crucial para que compreendamos os principais marcadores históricos da lesbianidade vista da antiguidade até a era moderna. Vale ressaltar que este foi o único artigo que atendeu aos critérios de inclusão – já mencionados neste capítulo - para os objetivos de nosso trabalho e que percorre a trajetória da lesbianidade em quase todas as épocas históricas. Dessa forma, faremos referência quase que exclusivamente a ele no início deste texto.

De forma geral, é consenso entre os autores (Toledo & Teixeira, 2011; Gonçalves & Carvalho, 2019) que investigar a história da lesbianidade é uma tarefa difícil. Isto se dá principalmente por conta da escassez de registros acerca do tema e, mesmo quando o tema é registrado, trata-se de uma perspectiva masculina. O silenciamento a respeito da história das lésbicas pode ser verificado pelos números de publicações em periódicos acerca de estudos femininos, como o *Journal of Women's History* (produzido pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo, no Brasil). Nele, consta um total de zero publicações a respeito da lesbianidade. Já na coleção francesa *História das Mulheres*, publicada em cinco volumes, uma

parte de um único capítulo diz sobre o tema (Torrão-Filho, 2000, citado por Toledo & Teixeira, 2011).

O primeiro marco na história do ocidente que diz respeito à lesbianidade é, justamente, sobre a terminologia utilizada para se referir às relações afetivo-erótico-sexuais entre mulheres. Toledo e Teixeira (2011) destacam que muitas foram as formas de nomeação: “fricatrix, safistas, sáficas, lésbias, lesbianas, lésbicas, sodomitas, invertidas” (p. 40). A primeira, entretanto, data de 1842, em que a palavra *lésbica* foi utilizada; já *lesbianismo* foi utilizado pela primeira vez em 1870. O primeiro termo foi inicialmente utilizado na literatura francesa e faz referência à Safo, poetisa grega da Antiguidade (625? - 580? a. C), residente da ilha de Lesbos. Por sua vez, *lesbianismo* foi utilizado primeiramente na literatura inglesa em 1870 (Toledo & Teixeira, 2011).

Os autores ressaltam, portanto, que não se pode falar de *lesbianismo* antes do século XIX, mas, sim, de outras formas de discurso que fizeram com que o tema existisse. Isso reitera o tema já tratado anteriormente neste trabalho, sobre o fato de que os discursos produzidos se ancoram em redes de significado distintas, em acordo com diferentes momentos históricos, sociais e regionais. Em outras palavras, quando tratamos da história da lesbianidade e escrevemos acerca dos termos utilizados para se referir a isso, não estamos nos referindo à mesma lesbianidade de hoje. Nessa perspectiva, Toledo e Teixeira (2011) afirmam:

Isso significa que a mulher que tinha relações sexuais com outra na Idade Média não era vista, não vivia, não se sentia subjetivamente e nem era atravessada pelas mesmas linhas que constituem o dispositivo da sexualidade tal qual uma mulher com as mesmas práticas no século XXI. (Toledo & Teixeira, 2011, p. 42).

Na história, os termos se referem à diferentes aspectos dessa orientação sexual, podendo assim mencionar uma prática, um sentimento, um crime/pecado, uma doença e, também, uma identidade e uma forma de viver. A forma com que esses discursos foram produzidos reflete em como essas relações existiam, em como essas mulheres viviam e eram vistas pela sociedade.

1.2.1. ANTIGUIDADE

Toledo e Teixeira (2011) discutem o percurso histórico da lesbianidade nas diferentes épocas: Antiguidade, Idade Média, Renascimento, século XIX e XX.

Dover (1994) citado por Toledo e Teixeira (2011) afirma que o termo “mulheres lésbicas” em grego tinha um duplo sentido: como sexualidade e como falta de vergonha. O termo *lesbiazein*, também grego, é citado por Hesíquio L692 como “fazer felação”. Já “lesbiana” tem uma conotação pejorativa de submissão, e também tem origem grega. Como perceberemos a seguir, os sentidos para as relações homossexuais entre mulheres na Antiguidade não são exclusivos, e também estão condicionados à sociedade e região de cada época.

Sabe-se, porém, que entre homens a relação homossexual era consagrada pela prática da pederastia. Nela, um homem mais novo - entre 12 e 18 anos - tinha sua iniciação sexual com um homem mais velho. Aqui, nota-se um viés pedagógico e de poder, pois um homem mais experiente é quem deveria ensinar um jovem. Dover (1994) citado por Toledo & Teixeira, (2011) nos mostra que alguns autores consideram a existência de uma contrapartida feminina para a pederastia, afirmando que algumas obras gregas descrevem que mulheres de “boa reputação” se apaixonavam por meninas. Nota-se, porém, que esse status de aparente superioridade (“boa reputação”) de algumas mulheres em relação a outras não denota qualquer tipo de entendimento da mulher como cidadã, ou com direitos reconhecidos na sociedade grega. Apenas os homens eram considerados cidadãos, estando as mulheres e os escravos em uma posição inferior. Sexualmente, a função da mulher era procriar e oferecer prazer aos homens (Toledo & Teixeira, 2011).

Na ilha de Lesbos parecia existir relações homossexuais entre Safo e suas discípulas, o que é atestado por seus poemas de admiração à beleza de mulheres jovens de sua convivência. No entanto, não é certo que os sentidos expressos por seus poemas de fato se concretizassem em relações eróticas, como aponta a literatura (Dover, 1994). Na cidade grega de Mileto, havia o comércio de artefatos sexuais, como consolos e pênis de borracha, e sua utilização era voltada para as pessoas solitárias e as tribades (em latim *fricatix*, que significa “aquelas que se roçam”, ou seja, mulheres homossexuais) (Toledo & Teixeira, 2011).

Uma importante fonte de reconhecimento das práticas gregas acontece por meio da mitologia. No entanto, não são encontradas referências às práticas homossexuais femininas entre os mitos. Isso pode se dever, entre outros motivos, ao fato de que eles são uma forma de construção da realidade a partir das pessoas que eram consideradas cidadãs, ou seja, os homens (Toledo & Teixeira, 2011).

No caso de Roma, o cenário parecia ser diferente da Grécia. Gimeno Reinoso (2005) citado por Toledo & Teixeira, (2011) afirma que as mulheres romanas tinham uma maior liberdade para se relacionarem entre si, enquanto, na Grécia, a mulher não era nem considerada

para práticas sexuais que não fossem com o homem a qual pertencia. Essa liberdade em Roma, no entanto, não se configura uma maior garantia de direitos para as mulheres lésbicas. Ao contrário, a sociedade romana aos poucos sedimentou uma tradição de reger o sexo lésbico como “grotesco, risível e repugnante, além de antinatural”. (Gimeno Reinoso, 2005, pp. 66, citado por Toledo & Teixeira, 2011, p.45).

A punição para tais práticas para a sociedade romana não é determinada com certeza pela literatura, por ser considerada uma questão jurídica complexa, uma vez que a mulher era considerada inferior e não se sabe se o sexo, portanto, tinha um caráter erótico ou de brincadeira. Quando as práticas homoeróticas são analisadas pelos poemas romanos, nota-se também a existência de relações sáficas, mas reservadas a uma visão masculina e preconceituosa (Toledo & Teixeira, 2011).

1.2.2. IDADE MÉDIA

Durante a Idade Média, com a consolidação do cristianismo, principalmente por meio da Igreja Católica, o sexo, associado ao prazer carnal, passou a significar um afastamento de Deus. Somado a isso, havia uma necessidade de povoar territórios e produzir força de trabalho, o que aumentava a importância da reprodução humana. Atos sexuais que não tivessem esse fim, tais como a masturbação, prática de sexo oral e sodomia (principalmente entre homens), eram considerados um desperdício de “semente” (sêmen), que deveria ser utilizada para gerar descendentes. Entre mulheres, além de não haver perda de sêmen, persistia a ignorância sobre o prazer feminino, o que diminuía as represálias para seus atos homoeróticos (Toledo & Teixeira, 2011).

Ao objetivar se firmar como a religião hegemônica, o cristianismo também lutava contra a sodomia pois a prática estava presente em cultos pagãos, e as práticas cristãs buscavam se distanciar dessas outras religiões. A sodomia entre homens era vista como uma relação sexual de fato, pois havia a penetração e ejaculação. Já, no caso das mulheres, a prática era considerada como uma inversão da “ordem” natural, e não uma legítima relação sexual. Ainda assim, era penalizada, a exemplo da lei que data de 287 d. C, feita pelo imperador romano Dióclético (245-313). A pena de morte para atos homossexuais femininos e masculinos permaneceram no Código Civil de vários países europeus até o século XVIII (Toledo & Teixeira, 2011).

O período compreendido entre os séculos XI e XV, chamado de Baixa Idade Média, conta com poucas referências históricas ao homoerostimo feminino. Tal atividade entre

mulheres foi mantida à margem daquela realizada por homens, ou até mesmo ignorada (Toledo & Teixeira, 2011). A sexualidade, o desejo e o prazer à anatomia feminina se mantiveram no obscurecimento da sociedade e, quando analisadas, eram comparadas a réplicas malfeitas das masculinas.

Apesar de se tratar de locais com dominância cristã, os conventos são apontados pela literatura como espaços de proteção às mulheres contra o abuso masculino, principalmente por conta dos casamentos forçados. Obras tratando de sodomia permaneceram conservadas nesses espaços, e cartas de amor entre mulheres também já foram encontradas. No entanto, as acusações contra a prática homossexual nos conventos continuaram sendo realizadas. As denúncias aumentaram em intensidade e frequência de acordo com o aumento na hierarquia e formalização eclesiástica, em que qualificações específicas - e difíceis de obter para as mulheres na época - eram requeridas para a ascensão a determinados cargos. Dessa forma, os homens permaneceram em cargos mais altos da hierarquia, de modo a controlar as práticas femininas (Toledo & Teixeira, 2011).

O século XII é marcado pelo tribunal da Santa Inquisição, no qual a sodomia era duramente punida e considerada um pecado gravíssimo. A estratégia da Igreja em punir os hereges veio em contexto de ressurgimento das cidades, pestes e epidemias, o que contribuiu para que a população diminuísse. De acordo com o viés cristão da época, essas tragédias eram prova da ira divina contra os hereges, em especial, no nosso caso, aos sodomitas. A sodomia feminina continuava no escuro, quando comparado à visibilidade dada à sodomia masculina (Toledo & Teixeira, 2011).

1.2.3. RENASCIMENTO

O período compreendido pelo Renascimento, entre os séculos XIV e XVII, marcou um momento de maior valorização do indivíduo, em detrimento de uma valorização apenas da vida espiritual. Isso possibilitou a fortificação de uma subcultura homossexual, representada por homens. Centros de arte como Florença e Veneza protagonizaram declarações de artistas homossexuais, como Michelangelo. O mesmo não acontecia com as mulheres, pois ainda se mantinham presas à vida doméstica e privada. Dessa forma, não se concretizou uma subcultura homossexual feminina na época (Toledo & Teixeira, 2011).

Paralelamente, os locais como os conventos, citados anteriormente como espaços que possibilitaram relações - mesmo que secretas - entre mulheres, tornaram-se cada vez mais fechados sobre a autoridade masculina. Estado, Igreja e Política atuaram fortemente para que

a homossexualidade, em especial a masculina, fosse repreendida. Há o marco da criação dos *ufficiali di notte* (oficiais da noite) em Florença, no ano de 1432, para caçarem sodomitas. A sodomia feminina, relegada ao segundo plano, era apagada pela misoginia da época. De outro lado, havia a produção de obras sobre erotismo feminino, mas direcionadas para o prazer masculino. Consolidou-se, no século XVI, a ideia de que a relação entre mulheres deveria ser direcionada para a produção de prazer no homem. O homoerotismo entre homens, no entanto, era vastamente produzido em obras como as de Leonardo da Vinci e Michelangelo, entre os séculos XV e XVI (Toledo & Teixeira, 2011).

Em relação às punições da época para a sodomia feminina, houve em 1613 a criminalização dessa prática, com a posterior descriminalização em 1646 por não ser considerada sexo verdadeiramente, uma vez que não havia presença do pênis. A bruxaria, também muito combatida na Inquisição, fora associada às “mulheres masculinas” no Norte da Europa, o que evidencia as várias vertentes dos preconceitos da época com relação à homossexualidade feminina (Toledo & Teixeira, 2011).

A Revolução Francesa de 1789, que marca o início da Era Contemporânea, possibilitou que a sodomia não fosse considerada crime. Ainda assim, o Estado tinha a função de proteger a sociedade de práticas depravadas, associadas à homossexualidade. Os homossexuais não eram mais mortos na fogueira, mas eram fortemente reprimidos.

Posteriormente, no século XIX, com o aumento da tecnologia e o crescimento das cidades, ocorreu a popularização dos bares voltados para os homossexuais, o que permitiu o retorno de uma subcultura mais evidente. Isso alavancou a necessidade de que cientistas e estudiosos da época pudessem nomear as práticas homossexuais. Por não cumprirem as obrigações para o matrimônio - gerar filhos -, a homossexualidade era rejeitada pela moral e pela ciência médica, o que culminou em seu processo de patologização (Toledo & Teixeira, 2011).

1.2.4. SÉCULO XIX

A primeira teoria sobre pessoas que faziam sexo com alguém do mesmo sexo foi feita por Karl Heinrich Ulrichs (1825-1895), um magistrado alemão, em 1862. Para ele, pessoas com essa condição tinham o corpo de um sexo e a mente e alma de outro sexo. Além disso, era uma condição inata e, portanto, natural. A palavra homossexual, por sua vez, foi utilizada pela primeira vez por Karl Maria Kertbeny (1824-1882), em uma tentativa de combater a criminalização da prática sexual entre pessoas do mesmo sexo. O termo foi utilizado

posteriormente em 1887 pelo sexólogo Richard von Kraft-Ebing (1840-1902), em uma revista sobre patologias sexuais.

De lá em diante, não faltam exemplos de médicos e acadêmicos da ciência tratando a homossexualidade como doença, “um instinto sexual contrário” (Toledo & Teixeira, 2011, p. 52). Alguns desses cientistas, no entanto, lutavam para a descriminalização do *homossexualismo* pois consideravam que era um instinto inato e, portanto, incontrolável pelo indivíduo (a exemplo de Magnus Hirschfeld, sexologista alemão, muito conhecido no final do século XIX).

O sexologista inglês Havelock Ellis (1859-1939) é apontado por Toledo e Teixeira (2011) como o último dos cientistas a considerar o *homossexualismo* como uma doença congênita. Em suas obras, vê-se uma noção biológica que determinaria a prática sexual com pessoas do mesmo sexo, a exemplo de mulheres que teriam “ausência de menstruação, pelos no corpo, clitóris superdesenvolvidos” (Toledo & Teixeira, 2011, p. 53).

A partir daí, tem-se o início da consideração da prática homossexual como contida no desenvolvimento psicossocial humano, inicialmente por Sigmund Freud⁴ (1905) citado por Toledo & Teixeira (2011). No entanto, sua teoria foi baseada em conceitos heteronormativos, a exemplo do Complexo de Édipo.

1.2.5. SÉCULO XX

O século XX se iniciou com a manutenção da noção de patologia - e uma associação até mesmo com a loucura (Foucault, 1979) - ligada à homossexualidade e, por outro lado, da normalidade ligada à heterossexualidade. A profunda estigmatização contribuiu para a criação de uma cultura homossexual mais forte, e uma maior visibilidade na literatura, como no caso de Oscar Wilde.

Pela primeira vez, na passagem entre os séculos XIX e XX, pode-se falar numa cultura homossexual de mulheres, desenvolvida principalmente na Europa, segundo Torrão-Filho (2000) citado por Toledo & Teixeira (2011). Intelectuais europeias, como atrizes e escritoras, no início dos anos 1900 passaram a expor sua vida com amantes em ambientes públicos voltados para o público feminino. No entanto, com a ascensão do nazismo a partir de 1933 e o

⁴ Médico neurologista e psiquiatra, austríaco, nascido em 1856 em Freiberg, Áustria. Ficou conhecido mundialmente como o “pai da psicanálise”. Faleceu em 1939 em Londres, Inglaterra. (Brasil Escola, c2023).

subsequente retorno da criminalização de práticas homossexuais, grupos de lésbicas e gays passaram a ser perseguidos e mortos.

Ao final da guerra e a derrota do nazismo, o número de obras tratando sobre a homossexualidade feminina não chegou a aumentar. Nota-se, porém, a importância das obras de Simone de Beauvoir (1908-1986) - 1949, com o livro *O segundo sexo* - acerca da feminidade. Apesar de ser pautado numa lógica heterossexual, a autora considerava legítima a relação entre duas mulheres.

Após o início dos anos 60, muitos acontecimentos podem ser citados como importantes para a lesbianidade. A conhecida Revolução de Stonewall Inn em 1969, em Nova Iorque, reuniu homens e mulheres homossexuais que se resistiram à entrada indevida da polícia em um bar de ampla concentração de LGBTs da época, que cunhou o nome desta revolução (Toledo & Teixeira, 2011; Gonçalves & Carvalho, 2019). A Parada do Orgulho LGBTQIA+, que ocorre atualmente, teve como primeira inspiração esse episódio.

Na década de 80, o vírus HIV ganhou notoriedade devido ao crescente número de pessoas infectadas. A doença, no entanto, associou-se principalmente aos grupos homossexuais, e era chamada no início de “peste gay”. A discriminação sofrida na época culminou numa maior movimentação de grupos de militância e governamentais contra os preconceitos (Toledo & Teixeira, 2011).

1.3. A Psicologia na História da Lesbianidade no Ocidente

A análise anterior, feita por Toledo e Teixeira (2011), tratou de descrever qual foi o percurso trilhado pela lesbianidade durante a história de maneira geral. As experiências sociais, como é o caso da homossexualidade, são constituídas por formas de conhecimento distintas, dentre os quais está a Psicologia (Yang & Iñiguez-Rueda, 2021). Buscaremos, nesse momento, analisar qual foi o papel da ciência psicológica em construir determinados discursos a respeito da lesbianidade durante a história ocidental, a partir dos artigos de Yang e Iñiguez-Rueda (2021) e Gonçalves e Carvalho (2019).

Yang e Iñiguez-Rueda (2021) iniciam o artigo afirmando que a homossexualidade, masculina e feminina, não surge de forma espontânea como objeto de pesquisa psicológica, mas, sim, a partir das práticas discursivas que constroem esse tema. Dentre elas, já sabemos que há o discurso médico e científico patologizante. Mas, afinal, onde está a Psicologia? Segundo os autores, essa ciência é capaz de fornecer um conhecimento revestido de poder e dominância, capaz de orientar a percepção e as atitudes de uma sociedade, pois determina o

que poderia se esperar de normal e de anormal para os indivíduos. Apesar de em 1973 a homossexualidade ter sido retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-3), e em 1990 ter sido retirada do Catálogo Internacional de Doenças (CID), os estudos em Psicologia continuaram a associar a homossexualidade a problemas psicológicos ou doenças sexualmente transmissíveis (Yang & Iñiguez-Rueda, 2021).

Antes disso, porém, a Psicologia atuava de forma a condenar o sujeito homossexual, chegando a oferecer tratamentos para anular as “tendências” homossexuais das pessoas. O que é apontado por Gonçalves e Carvalho (2019) como um exemplo de visão patologizante que a Psicologia tinha, espelhada na medicina, para os gays e as lésbicas no século XX.

Os trabalhos produzidos em Psicologia, segundo Yang e Iñiguez-Rueda (2021), têm o poder de reivindicar uma verdade e construir a realidade em direções determinadas. Portanto, os efeitos gerados pelo conhecimento são, além de teóricos, políticos. O recorte de Yang e Iñiguez-Rueda (2021) foram os materiais produzidos pela Psicologia da América Latina, Portugal e Espanha entre 2012 e 2016, em relação à homossexualidade feminina e masculina. Gonçalves e Carvalho (2019) analisaram artigos publicados entre os anos de 2013 e 2017 com descritores em português (“lésbicas” e “psicologia”; “lesbianidade” e “psicologia”). Os resultados obtidos interessam ao tema de nossa pesquisa, principalmente aqueles sobre a lesbianidade.

Em primeiro lugar, Yang e Iñiguez-Rueda (2021) encontraram que a Psicologia da América Latina, Portugal e Espanha discute a homossexualidade a partir de uma visão patologizante, de vulnerabilidade e vitimização. Há uma alta frequência de menções a doenças sexualmente transmissíveis nos trabalhos sobre a homossexualidade, como o HIV e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Isso corroboraria à ideia de que pessoas homossexuais são ameaças sociais, mas, ao mesmo tempo, vítimas de doenças e infecções sexuais. Nesse ponto, os autores encontraram forte associação entre a homossexualidade e comportamentos sexuais de risco, como prostituição e também o fato de que essa população seria vítima de violência sexual, o que aumentaria a probabilidade de existirem ISTs.

Em relação à sexualidade, há um ponto de diferenciação entre gays e lésbicas. A maioria das doenças e infecções mencionadas nos trabalhos estão relacionadas à penetração pelo pênis, o que não ocorre no sexo entre mulheres. Sendo assim, há uma sexualização associada a uma noção homogênea do sexo entre gays e lésbicas, o que não reflete em um desconhecimento das práticas sexuais entre mulheres. Além disso, basear o sexo na penetração é, para homens e mulheres, reduzir a prática sexual. Os autores ressaltam que “Casi toda la literatura (...) mencionan a los hombres que tienen sexo con los hombres, pero ninguno de esos trabajos habla

del sexo riesgoso entre mujeres” (Yang & Iñiguez-Rueda, 2021, p. 118). Gonçalves e Carvalho (2019) concordam com os últimos autores que a produção em Psicologia acerca da homossexualidade feminina é menor, estando as mulheres preteridas nesse sentido. Afirmam, ainda, que as mulheres lésbicas carregam o peso de serem parte de duas minorias: mulheres e homossexuais.

O artigo discute também os direitos que a população de gays e lésbicas teria na América Latina, Portugal e Espanha. Chegou-se à conclusão de que há uma inclusão parcial em direitos, quando comparados aos grupos heterossexuais. Como, por exemplo, no caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo, que foi legalizado na América Latina pela primeira vez apenas em 2010, na Argentina e, ainda hoje, apenas Espanha, Portugal, Argentina, México, Brasil, Uruguai e Colômbia - dentre os países estudados no artigo - legalizaram o matrimônio entre os homossexuais.

Outro direito conquistado parcialmente pela população homossexual foi o da adoção. Na Psicologia, esse tema é tratado em estudos que buscam avaliar se pais heterossexuais e homossexuais têm a mesma capacidade para cuidar dos filhos. Yang e Iñiguez-Rueda (2021) apontam que o maior interesse não é em saber qual o papel das mães lésbicas na parentalidade dos seus filhos, mas, ao contrário, no fato da ciência psicóloga se questionar sobre a capacidade de pessoas não heterossexuais criarem seus filhos. O ponto de partida desses trabalhos, segundo os autores, seria o de que há uma diferença crucial na capacidade de gerir uma família entre heterossexuais e homossexuais, e que, devido a vários motivos (como a ausência da estrutura familiar tradicional, pressão social e necessidade de justificar sua paternidade perante os outros), a boa parentalidade entre os homossexuais deveria ser questionada.

Os dois artigos de revisão de literatura sobre a história da lesbianidade no ocidente aqui mencionados, apesar de se pautarem em regiões distintas (enquanto o de Yang e Iñiguez-Rueda, 2021, trata dos países latino-americanos, Portugal e Espanha, o de Gonçalves e Carvalho, 2019, captou artigos também de outros países ocidentais), há um consenso entre os autores de que a Psicologia não tem um histórico de se interessar de forma expressiva pela lesbianidade. O tema continua, portanto, na invisibilidade da ciência. E, quando tratado, ainda carrega viéses preconceituosos, como as comparações indevidas com a homossexualidade masculina.

1.4. História da lesbianidade no Brasil

Neste eixo, faremos uma revisão acerca dos trabalhos selecionados que tratam da história da lesbianidade no Brasil. A partir dos artigos de Fernandes et al. (2020), Lino (2019), Oliveira (2015), Silva et.al (2020), e da dissertação de Batista (2020) encontramos importantes descrições sobre o percurso da homossexualidade feminina no país.

Apesar dos trabalhos tratarem de diferentes áreas da história da lesbianidade do Brasil, nota-se um consenso: a historicidade das lésbicas no país foi marcada por *invisibilidade* (Mott, 1987; Oliveira, 2015; Lino, 2019; Silva et al., 2020; Batista, 2020). A maioria das produções científicas parte da existência de um sujeito heterossexual “natural”, não questiona o fenômeno da heterossexualidade compulsória (Rich, 2012) e, como consequência, reproduz discursos de ordem heteronormativa. Porém, com a retirada da classificação da homossexualidade como doença, ao final do século XX, e o início dos estudos a respeito do tema sem partir do viés patologizante, o que se sobressai são produções acadêmicas acerca da vivência de homens gays. De toda forma, a lesbianidade continua, ainda, invisível.

Oliveira (2015) pontua que, de maneira geral, chama a atenção o fato de que o tema da mulher foi negligenciado durante os estudos da história do Brasil. Segundo a autora, a lesbianidade foi ainda mais apagada, pois as pesquisas relacionadas ao tema, além de escassas, são pontuais. As lésbicas estariam numa condição de silenciamento que supera a das mulheres em geral (Oliveira, 2015; Lino, 2019; Silva et al., 2020).

Quando analisamos o eixo de história da lesbianidade no ocidente, vimos que Toledo e Teixeira (2011) refizeram o caminho da homossexualidade desde a Antiguidade até a Era Contemporânea. Comparativamente, Oliveira (2015) fez uma análise da lesbianidade durante o período colonial, século XIX e XX, até o momento atual. É possível traçar alguns paralelos entre o percurso histórico no ocidente e no Brasil.

Durante o período colonial, Oliveira (2015) pontua que houve a visitação do Santo Ofício no Brasil, entre os anos de 1591 e 1595. O período foi marcado por ferrenha perseguição aos chamados sodomitas, segundo a autora. As lésbicas, no entanto, foram menos punidas pois havia a dúvida teológica e jurídica acerca da gravidade dos atos sexuais praticados entre mulheres. Como citado em Toledo e Teixeira (2011) e reafirmado em Oliveira (2015), a Igreja definia a sodomia a partir da lógica de penetração pelo pênis de um homem no ânus de outro homem. Pelo fato de a prática não poder ser reproduzida entre duas mulheres, inquisidores e juízes se questionavam se aquilo, de fato, era considerado sodomia. Apesar disso, não se duvidava que se tratava de um pecado mortal (Oliveira, 2015).

Mott (1987) afirma que a prática da lesbianidade foi desconsiderada como crime de sodomia no ano de 1646, e, a partir de então, passou a ser julgada apenas como pecado. A

documentação feita na época, entretanto, contribui para as análises da historicidade do movimento lésbico no país. Oliveira (2015) afirma que, no período colonial, os registros da igreja sobre a sodomia feminina são importantes para a compreensão social acerca da lesbianidade na época, apesar de evidenciarem práticas de repreensão e misoginia.

A partir do século XIX, com a diminuição da influência da Igreja na vida cotidiana, e, principalmente no século XX, com a instauração da lógica médica para a análise dos fenômenos humanos, a literatura documenta períodos de uma visão patologizante para a prática lésbica no Brasil (Oliveira, 2015; Lino, 2019; Silva et al., 2020). Uma médica psiquiatra e psicanalista deve ser citada, no entanto, como uma exceção: Iracy Doyle Ribeiro. Durante as décadas de 1940 e 1950, é responsável por realizar estudos que evidenciam uma pequena mudança em relação ao viés exclusivamente patológico da homossexualidade feminina. Ela entendia que essa forma de existência deveria deixar de ser um fato obrigatoriamente patológico, e a vivência lésbica poderia constituir uma possibilidade de vida humana (Doyle, 1956, citado por Oliveira, 2015; Silva et al., 2020).

O final do século XX protagoniza a retirada da homossexualidade como doença pela OMS, mas, também, a construção de importantes movimentos sociais que reuniu a militância lésbica (Lino, 2019; Batista, 2020). As primeiras movimentações do que viria a ser o Movimento Brasileiro de Lésbicas (MBL) nasceu dentro dos movimentos sociais da esquerda, principalmente aqueles ligados ao feminismo. Lino (2019) discute que o movimento lésbico se separou do movimento feminista pois, na década de 1980, os discursos da militância feminista partiam da vivência de mulheres heterossexuais, e o espaço para as problemáticas e violências sofridas pelas lésbicas era insuficiente. Assim, dissidentes dos movimentos feministas, aos poucos, articularam-se em torno de um movimento feminista lésbico como uma forma de lutar por seus interesses em comum e articular discursos próprios.

Especificamente no ano de 1981, há um marco da primeira publicação do boletim *Chana com Chana*, que atuou como um “referencial discursivo para a visibilidade e as vivências lésbicas dos anos de 1980” (Batista, 2020, p. 5). Trata-se de um boletim, ou folheto, produzido pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista - GALF (1981-1990), publicado de 1981 a 1987. Teve uma frequência de publicação variável, feita na cidade de São Paulo. Nele está expressa a primeira publicação articulada pela militância feminista lésbica, e fazia parte da movimentação política do GALF (Fernandes et al., 2020).

O boletim *Chana com Chana* possibilitou a efetiva participação da comunidade lésbica nos veículos de informação, ainda que de forma independente e circunscrita. Nele, em quatro páginas, as militantes do GALF falavam sobre a opressão sofrida pelas lésbicas, a

invisibilização perante a sociedade brasileira, além de possibilitar encontros entre mulheres lésbicas visando a discussão de pautas importantes ao movimento e apoio mútuo (Batista, 2020; Fernandes et al., 2020).

A movimentação de grupos da militância, como os citados acima, contribuiu para a maior visibilidade das vivências lesbianas no Brasil e, ademais, para a criação de políticas públicas em saúde voltadas para esse público, como explicitaremos no eixo seguinte.

1.5 Saúde da Mulher Lésbica

Este eixo apresenta a análise de como se dá o acesso à saúde das mulheres lésbicas no Brasil, além de discorrer acerca das políticas públicas específicas para a mulher lésbica e as práticas realmente efetivas no cotidiano para o cuidado a essa população. Os artigos de Silva e Gomes (2021); Alves et al. (2020); e Valadão e Gomes (2011) são alguns dos poucos encontrados na literatura que trazem luz para essa questão.

Compreender o tipo de saúde que chega às mulheres lésbicas perpassa por muitos âmbitos. Podemos analisar por meio das políticas públicas existentes, pela prática real dos profissionais de saúde em relação a essa população, pelos conhecimentos científicos produzidos em artigos, entre outros (Valadão & Gomes, 2011; Alves et al., 2020; Silva & Gomes, 2021). Um dos artigos aqui analisados, o de Valadão e Gomes (2011) tem especial importância, por ser citado por Silva e Gomes (2021) como um dos primeiros artigos publicados que trata dessa questão, e de ter influenciado na criação de políticas públicas em saúde para a população lésbica, o que nos demonstra que o interesse acadêmico e social para o tema ainda não é grande.

A literatura analisada afirma que as vivências em saúde de mulheres lésbicas são permeadas por invisibilidade. Nota-se, de antemão, que a maioria dos profissionais de saúde pressupõe uma mulher heterossexual quando do atendimento, o que direciona para determinadas práticas de cuidado que não necessariamente seriam úteis às mulheres lésbicas. Além disso, por parte dessas mulheres, há uma dificuldade em revelar sua sexualidade, por conta, dentre outros fatores, do receio em ser vítima de preconceitos ou ser vista com indiferença pelo profissional (Valadão & Gomes, 2011; Silva & Gomes, 2021). De outro lado, ocorre uma dificuldade também por parte dos profissionais de saúde de saber como lidar com as demandas apresentadas por essas mulheres; e outros profissionais que revelam dificuldades em aceitar a existência da população LGBTQIA+, por levar para o atendimento crenças religiosas, por exemplo (Silva & Gomes, 2021).

Em relação às políticas públicas específicas para essa população, Alves, Moreira e Prado (2020) afirmam que ainda são insuficientes por permitirem, ainda hoje, a invisibilização das mulheres lésbicas (e também bissexuais) no acesso à saúde de qualidade. As autoras comentam, porém, que o século XXI trouxe certo avanço para essas políticas públicas, principalmente como resultado das lutas dos movimentos sociais de lésbicas, que reivindicaram igualdade de direitos. Alves et al. (2020) citam quinze documentos de política de saúde que foram feitos em articulação com questões feministas e LGBTQIA+. Nota-se que o primeiro documento que trata especificamente da saúde da mulher (para além das questões da maternidade) data de 1984, e o primeiro que inclui uma seção direcionada às mulheres lésbicas e bissexuais é de 2004, chamado “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Princípios e Diretrizes”.

No entanto, o primeiro documento que tem o intuito de visibilizar de fato a questão LGBTQIA+ em saúde surge somente em 2012, por meio do “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. O próprio documento alerta para a invisibilidade histórica sofrida pelas mulheres lésbicas no movimento LGBTQIA+ (Alves et al., 2020). Em relação exclusivamente às mulheres lésbicas e bissexuais, em 2014 o governo federal criou o documento intitulado “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais”.

Como vimos, as políticas públicas voltadas à saúde de mulheres lésbicas foram criadas há menos de dez anos. Este fato, aliado aos dispositivos que mantêm a norma heterossexual e produzem o silenciamento das vivências de mulheres lésbicas, contribui para o cenário de invisibilidade também na área da saúde.

1.6 Os Estigmas e o Preconceito às Mulheres Lésbicas

A perspectiva dos estigmas e do preconceito vivenciado pelas mulheres lésbicas será analisada por meio dos artigos de Oliveira et al. (2021); Dinis (2014) e Toledo e Teixeira (2011).

A literatura traz contribuições para a compreensão dos estigmas vivenciados por mulheres lésbicas, principalmente aqueles que cabem à compreensão social sobre a sua sexualidade. Ao compararmos a experiência dessas mulheres à experiência de outros grupos da comunidade LGBTQIA+, podemos interrogar: as vivências de abusos e preconceitos são diferentes de acordo com o sexo da pessoa homossexual, ou seja, entre gays e lésbicas? Os artigos selecionados mostram que, além dos estigmas sofridos pelo fato de serem

homossexuais, as lésbicas sofrem preconceitos também por serem *mulheres* homossexuais (Toledo & Teixeira, 2010; Dinis, 2014; Oliveira et al., 2021). Há um discurso, historicamente reiterado, que leva ao entendimento de que, sexualmente, as mulheres são seres passivos e dóceis e, portanto, necessitariam de um homem que as domine para obter prazer sexual (Toledo & Teixeira, 2010).

O androcentrismo⁵, associado à heteronormatividade, é tido por Oliveira et al. (2021) e Toledo e Teixeira (2010) como o pano de fundo para o descrédito sentido pelas lésbicas. O primeiro termo é definido como um padrão instituído de valor que oferece privilégios para as características associadas à masculinidade e, por outro lado, desvaloriza aquelas associadas à feminilidade. A partir da visão de uma sociedade falocêntrica, isto é, que coloca a representação do pênis (falo) como motor para o desenvolvimento humano, inevitavelmente ligada à manutenção do viriarcado, as vivências femininas - que são paradigmaticamente associadas às mulheres, mas não somente - são tidas como menos importantes e, também, menos ameaçadoras.

O sentido de ameaçador aqui empregado associa-se a outro estigma existente acerca da lesbianidade: o entendimento de que o sexo entre mulheres não é *verdadeiramente* sexo, pois não há a presença de penetração pênis-vagina (Dinis, 2014). A heteronormatividade “diz respeito ao sistema de organização da sociedade que pressupõe a heterossexualidade como normal e normativa diante de outras formas de vivência das sexualidades”. (Toledo & Teixeira, 2010, p. 730).

Dito em outras palavras, as relações humanas são pautadas na concepção de que o natural a se esperar é que haja a relação afetivo-sexual entre um homem e uma mulher, não entre um homem e outro homem, ou ainda entre uma mulher e outra mulher. O que é entendido como um sexo *legítimo* por sua vez, não escapa dessa lógica, ou seja, aquele sexo que não tem a presença da díade de penetração pênis-vagina não é legítimo, e, portanto, não ameaçaria tanto a posição de superioridade masculina. Por isso, talvez, que sites de conteúdo pornográfico estão repletos de vídeos em que um homem, geralmente o marido/namorado, observa a mulher, namorada/esposa, tendo uma relação sexual com outra mulher (Oliveira et al., 2021). Por se tratar da díade vagina-vagina e não pênis-vagina, o ato não é entendido como traição (no caso de relacionamentos monôgamicos), e ainda serve como objeto de prazer masculino. O que

⁵ Segundo Nascimento (2020), o termo androcentrismo “foi cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward (. . .) diz respeito às perspectivas que levam em conta o homem como foco de análise do todo” (p. 3). Está ligado ao patriarcado.

ameaçaria os homens, portanto, seria somente se outro pênis estivesse disputando a *dominação* de sua mulher.

As normas definidoras da sexualidade atribuem, a depender da época, diversos sentidos pejorativos para as relações afetivo-amorosas entre mulheres, dentre as quais estão o sentido de *aberração, doença, pecado*. A relação homossexual é vista pelo viés heterossexual e, portanto, comparada ao ideal de relação heterossexual. Isso se associa a discursos que falam sobre a existência da lesbianidade só ser possível porque se trata de mulheres que foram frustradas por homens. Seja em relações passadas, em que se relacionaram com homens infiéis ou violentos, ou por nunca terem tido experiências sexuais satisfatórias com homens, o referencial para justificar a atração sexual entre mulheres é, portanto, a partir da inevitável existência do referencial masculino. Geralmente, o discurso que afirma que uma mulher quis se relacionar com outra de forma natural (ou seja, independentemente da existência de um homem na sua vida) não é aceito (Toledo & Teixeira, 2011; Dinis, 2014; Oliveira et al., 2021).

Mesmo assim, quando as mulheres lésbicas resistem e desvelam sua sexualidade, a literatura mostra que determinadas formas de vivências lésbicas são visíveis, enquanto outras são inferiorizadas (Toledo & Teixeira, 2011; Dinis, 2014; Oliveira et al., 2021). Como exemplo, Oliveira et al. (2021) destaca que as *lesbian chic* são mulheres glamurosas, que mantêm um padrão aceito de feminilidade, e aparecem nas mídias como representantes lésbicas. Por outro lado, aquelas que são rotuladas como *machonas* e *caminhoneiras*, são entendidas como mulheres que queriam ser homens, e rechaçadas por diversos grupos. Ponto importante para compreender essa discrepância é o que Oliveira et al. (2021, p. 10) chamam de “cláusulas específicas de ação e vivência” para as lésbicas, isto é, essas mulheres apenas são aceitas se cumprirem requisitos que não rompam totalmente com o ideal heteronormativo. Nesse caso, haveria no imaginário das pessoas que as chamadas *lesbian chic* estariam disponíveis para os homens heterossexuais, dada a sua feminilidade e beleza.

Lógicas estigmatizantes associadas às políticas públicas que ainda são insuficientes no Brasil para garantir direitos das mulheres lésbicas (Alves et al., 2020), relacionam-se com a incidência marcante de violências contra esse grupo. Oliveira et al. (2021) cita o estupro de mulheres lésbicas, chamado de estupro *corretivo*, como uma violência sexual que é suscitada pelo preconceito e não aceitação dos padrões de relacionamento que destoem do padrão homem-mulher. De acordo com a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL, 2013) citado por Oliveira et al., (2021), em 2013 6% das vítimas de estupro foram mulheres homossexuais, em que a maioria dos estupradores teve motivações ligadas à orientação sexual da vítima.

Mulheres lésbicas experienciam violências físicas e emocionais provenientes de discursos patologizantes e preconceitos perpetuados nas sociedades, que silenciam seus desejos e corpos (Butler, 2003, citada por Toledo & Teixeira, 2010) por conta da aparente necessidade de manutenção da norma heterossexual. As afirmações aqui citadas, oriundas de pesquisas e ligas compostas por mulheres lésbicas, evidenciam a necessidade de que os mecanismos para o combate aos estigmas sejam fortalecidos.

2 A PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA DE MAURO MARTINS AMATUZZI

No presente capítulo, objetivamos mostrar ao leitor as principais contribuições teóricas de Mauro Martins AmatuZZi, fenomenólogo contemporâneo que fundamenta a análise dos discursos das colaboradoras desta pesquisa. Traremos a vida e obra do autor para posteriormente focarmos nossa atenção na obra “O Resgate da Fala Autêntica na Psicoterapia e na Educação”, a qual o autor contribui de forma ímpar para que a pesquisadora possa conduzir a entrevista fenomenológica e fazer a análise dos discursos a posteriori, buscando as unidades de significado na fala de cada colaboradora.

2.1 Mauro Martins AmatuZZi: Vida e Obra

Segundo perfil na Plataforma Lattes⁶, Mauro Martins AmatuZZi iniciou seus estudos acadêmicos em 1956, ano em que ingressa na faculdade de Filosofia do Studium Generale da Província de São Tomás de Aquino do Brasil (1956-1958). Ao finalizar a faculdade de Filosofia, inicia seus estudos em Teologia no Brasil, mas conclui seu curso no Instituto Filosófico Teológico Le Saulchoir, na França (1959-1963). A conclusão deste curso confere à AmatuZZi um título equivalente ao mestrado. Já de volta ao Brasil, ingressa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), onde conclui, em 1974, o curso de Psicologia. É especialista em Aconselhamento Psicológico pela Universidade de São Paulo (USP/SP) e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/Campinas).

Em sua dissertação de mestrado, Nascimento (2021) elabora um quadro apresentando as principais obras em formato de livros de AmatuZZi, produzidas ao longo de toda sua trajetória de construção teórica. A seguir, reproduzimos este quadro:

⁶ A Plataforma Lattes é um sistema virtual criado e mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que integra numa única base os dados referentes a currículos, grupos de pesquisa e instituições no Brasil.

Quadro 2

Obras de Mauro Martins AmatuZZi

Ano	Edição	Título da obra
2019	5ª ed.	Por uma Psicologia Humana
2016	2ª ed.	O Resgate da Fala Autêntica na Psicoterapia e na Educação
2015	1ª ed.	Psicologia do desenvolvimento religioso
2014	1ª ed.	Um encontro inusitado: aventuras interiores de um psicólogo
2012	2ª ed.	Rogers: ética humanista e psicologia
2008	1ª ed.	A Alma Humana em Tomás de Aquino: um debate antigo e atual
2005	1ª ed.	Psicologia e Espiritualidade
1988	2ª ed.	Retratos da Vida

Nota. Nascimento (2021).

Para embasar a análise compreensiva de nosso estudo, primeiramente selecionamos a obra *O Resgate da Fala Autêntica na Psicoterapia e na Educação* (2016). Nela, AmatuZZi elucida suas contribuições teóricas no tocante à fala autêntica, instrumentalizando profissionais que se instigam pelo tema a desenvolverem uma escuta atenta diante daquele que fala. Posteriormente, já ao apresentarmos o relato das colaboradoras de nosso estudo, apresentaremos artigos publicados de AmatuZZi na interlocução com obras de outros autores.

A seguir, situaremos o leitor acerca da teoria que embasa o pensamento de AmatuZZi (2016) e o orienta a compreender de que se trata a fala autêntica em Merleau-Ponty, Martin Buber, Paulo Freire e Carl Rogers.

2.2 *O Resgate da Fala Autêntica: uma breve introdução da obra*

A obra “O Resgate da Fala Autêntica na Psicologia e na Educação” (AmatuZZi, 2016) foi publicada pela primeira vez em 1989. Tratava-se do resultado da tese de doutorado do autor.

Em sua 2ª edição, o livro é dividido em oito capítulos: 1) A Fala Original e as Expressões Segundas: Merleau-Ponty; 2) O Diálogo Genuíno e o Palavreado: Martin Buber; 3) Dizer Sua Palavra: Paulo Freire; 4) A Autenticidade: Rogers; 5) A Expressão como Decisão; 6) Decisão, Interpretação e Reciprocidade; 7) Linguagem Direta, Presentificação e Poder; 8) O Resgate da Fala Autêntica na Prática.

Faremos uma síntese dos conceitos estudados por AmatuZZi nos quatro capítulos primeiros do livro, quando o autor apresenta as contribuições de cada teórico.

2.3 A Fala Original e as Expressões Segundas: Merleau-Ponty

A fala autêntica é aquela que formula pela primeira vez (no sentido fenomenológico e não cronológico do termo) e que se opõe à expressão segunda, que será então uma fala sobre falas. É nessa fala primeira que o falar será o pensamento se fazendo no ato mesmo de falar. (Amatuzzi, 2016, p. 23).

Iniciamos a síntese do capítulo trazendo o primeiro parágrafo escrito por Amatuzzi ao parafrasear Merleau-Ponty, e que nos auxilia a compreender o que vem a ser a fala original e/ou primária. Segundo o autor, nossos sentimentos e experiências primordiais antecedem a fala, mas são descobertos e despertados por ela à medida que este falar os materializa. Assim, “na compreensão da fala de outra pessoa, comunicamo-nos não com um pensamento, mas com o sujeito falante e com o mundo a que ele visa” (Amatuzzi, 2016, p. 23).

Na fala secundária, Amatuzzi (2016) revela que ela se faz,

(. . .) quando a pessoa fala aquilo que já pensou para falar, aquilo que preparou de antemão: ela está então, simplesmente, relatando pensamentos que já teve, mas não os pensamentos que está tendo no ato de falar. (. . .) Na linguagem ordinária a fala não é nova. (Amatuzzi, 2016, p. 23).

Portanto, para Amatuzzi na interface com o pensamento de Merleau-Ponty, “a fala autêntica é o pensamento em ato: não existe um pensamento precedente, do qual ela seria a tradução” (Amatuzzi, 2016, p. 26). E o autor continua ao dizer que é “o falar autêntico que cria o mundo segundo o homem e o homem para o mundo, para além do mundo dado e do homem dado (que não é ainda o homem)” (Amatuzzi, 2016, p. 28).

A partir deste contexto de nos inserirmos no modo de pensar do outro, compreendemos seu mundo-vida “por meio de seu discurso em fala primária” (Amatuzzi, 2016, p. 30).

É importante ratificarmos que a fala primária na interface com a fala secundária, no prisma de Merleau-Ponty são correlatas: uma depende da outra. A fala original cria; já a secundária, dá continuidade (Amatuzzi, 2016, p. 34). Nessa perspectiva, a fala autêntica representa “uma tomada de posição no mundo das significações e, portanto, um enfrentamento e uma decisão (...) na estruturação da experiência” (Merleau-Ponty, 1967, p. 225, citado por Amatuzzi, 2016, p. 35).

2.4 O Diálogo Genuíno e o Palavreado: Martin Buber

Na perspectiva de Martin Buber, o diálogo é condição fundamental para que a fala autêntica seja alcançada. Trata-se de um falar para alguém, e não apenas diante de alguém. “É no contexto da relação que se descobre o centro dinâmico da pessoa, porque é ali que o homem vem a ser. Está implícito no falar autêntico um escutar. A fala autêntica será uma resposta” (Amatuzzi, 2016, p. 39).

Na interlocução com Martin Buber, Amatuzzi (2016) afirma que o simples falar, mesmo que de forma genuína, não é o bastante para qualificar o diálogo. Portanto, a caracterização do diálogo genuíno se dá quando este é “um falar ao outro, não simplesmente um falar voltado para o outro e mesmo isso não instaura o diálogo se não houver a recíproca, a mutualidade” (Amatuzzi, 2016, p. 40).

Então, o “falar-para” e não apenas o falar “diante-de” só cumpre seu objetivo quando envolve uma escuta atenta e verdadeira, aquela que se diferencia do simplesmente receber os sons, criando “o contato direto em que os mundos interiores das pessoas se comunicam” (Amatuzzi, 2016, p. 40). Acerca disso, Amatuzzi diz:

Uma fala só será verdadeiramente fala se nela se descobrir o outro, se nela os polos da relação estiverem constituídos ou confirmados ou, ainda, só existe fala verdadeira se for fala ‘dirigida a’ e não apenas fala ‘diante de’, e, nesse ‘dirigir-se a’, eu constituo o outro para mim, eu o toco ou eu o confirmo. (Amatuzzi, 2016, p. 41).

Nesse ponto podemos perceber a diferença do pensamento de Merleau-Ponty e de Martin Buber: o primeiro teórico foca no sujeito falante; já o segundo teórico salienta a importância da relação estabelecida entre aquele que fala e aquele que ouve.

O diálogo autêntico em Martin Buber propõe algumas condições para que ocorra:

a) A genuidade ou autenticidade de seus participantes; b) que cada um veja o parceiro como é, em sua totalidade e concretude; c) que os parceiros não queiram se impor um ao outro. Mas essas condições não são causa do diálogo: é só com a mutualidade que ele desabrocha. O psíquico e os sentimentos acompanham o diálogo, mas não é no psíquico ou nos sentimentos que se dá o diálogo, mas entre as pessoas. São características desse diálogo: que os participantes se confirmem como pessoas; o

caráter imprevisível de seu curso; que não seja vedada a participação ativa das pessoas envolvidas; sua fecundidade. (Amatuzzi, 2016, p. 39).

2.5 Dizer sua Palavra: Paulo Freire

Na perspectiva de Paulo Freire, existem duas tipificações de palavra que estruturam o falar. A mais importante delas, a palavra própria, é aquela que possibilita ao ser demonstrar sua “relação com aquilo que ela designa” (Amatuzzi, 2016, p. 63), expressando e problematizando sua experiência diante de algum fenômeno, que é a própria vivência.

Amatuzzi na interface com Paulo Freire, diz que “a palavra própria surge no contexto do diálogo em que o educador ouve para poder falar com seu interlocutor. Sem esse ouvir, seu falar será ‘para’ ou ‘sobre’, mas não ‘com’ e, conseqüentemente, já não será um falar suscitador da palavra própria” (Amatuzzi, 2016, p. 63).

A segunda tipificação de palavra proposta por Paulo Freire, a qual deu o nome de palavra alheia, caracteriza-se por ser aquela “colocada na boca do então oprimido pelo opressor hospedado nele e por ele. (. . .) Quando a palavra alheia domina, a palavra própria subsiste como não pronunciada, implícita nos temas geradores, proibida” (Amatuzzi, 2016, p. 63).

Nesse contexto, podemos dizer que a palavra alheia é aquela que não nasce do coração das pessoas, mas que é internalizada no sujeito que a toma como ferramenta para “interpretar sua própria experiência” (Amatuzzi, 2016, p. 67).

Para compreendermos o processo de internalização que ocorre na palavra alheia e que muitas vezes produz a sensação de dualidade no indivíduo que a experiencia, trazemos os dizeres de Paulo Freire (1974) que foram citados por Amatuzzi (2016) para pensarmos a questão:

Sofrem uma dualidade que se instala na interioridade do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não o opressor de dentro de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo” (Freire, 1974, p. 36, citado por Amatuzzi, 2016, p. 68).

Portanto, para que a palavra própria cumpra seu papel de transformar interna e externamente, ela se faz “indissociável de uma expulsão do opressor de dentro de mim, isto é, de um posicionamento interior a favor do que é original, contra o que é alheio e que quer se fazer por original”. (Amatuzzi, 2016, p. 88).

2.6 A autenticidade: Rogers

Ser o que realmente se é pressupõe uma dualidade de base segundo a qual podemos ser o que não somos. Ser o que se é exige uma definição de si que vá além do nível da aparência. Não ser o que se é implica que a identidade esteja ocorrendo por determinações vindas do outro. A busca da autenticidade requer abertura para mudanças no modo de ser e não apenas disposição de revelar o escondido. (Amatuzzi, 2016, p. 89).

Iniciamos nossa síntese de Rogers citando o parágrafo acima e o colocando em interlocução com a teoria de Paulo Freire, que propõe a aproximação da experiência vivida como meio de alcançarmos a palavra própria.

Amatuzzi (2016) ratifica que, para Rogers, o conceito de vida plena está intimamente ligado à necessidade de sermos o que realmente somos, buscando a autenticidade frente àquilo que sentimos e a compreendendo como uma “direção para o crescimento” pois, “buscar a autenticidade é buscar ser o que se é. Mais que um estado, é um processo” (Amatuzzi, 2016, p. 95).

Acerca do falar autêntico, é necessário que compreendamos que “a autenticidade, inicialmente, aponta para algo que está além da fachada, além daquilo que eu devo ser, além do que os outros esperam de mim, além daquilo que simplesmente agrada os outros” (Rogers, 1985, pp. 147-150, citado por Amatuzzi, 2016, pp. 96-97).

No processo terapêutico, a busca pela autenticidade, ou seja, dos significados de minhas vivências, acontece por meio de um resgate da consciência para a comunicação, culminando num melhor fluir de experiências. Já na educação, essa busca “pode ser encarada como um resgate da ação-comunicação (nosso estar no mundo) para a experiência sentida e, dela, para novas elaborações e decisões” (Amatuzzi, 2016, p. 117).

3 A METODOLOGIA QUALITATIVA FENOMENOLÓGICA

3.1 A Fenomenologia enquanto Filosofia e Método de Pesquisa

Para que pudéssemos compreender o mundo-vida de nossas colaboradoras, bem como os significados e sentidos que atribuem à sua orientação sexual, elegemos a metodologia qualitativa fenomenológica para ancorar nossa investigação e nos conduzir à compreensão da lesbianidade. Antes de descrevermos as etapas metodológicas que nos orientaram para alcançar nosso objetivo, faremos uma contextualização da Fenomenologia enquanto Filosofia para posteriormente trazê-la enquanto método de pesquisa.

Conforme Moreira (2002), o termo Fenomenologia procede de duas palavras gregas: *phainomenon* e *logos*, que respectivamente significam “aquilo que se mostra a partir de si mesmo” e “ciência ou estudo” (p. 63). Portanto, a Fenomenologia é um campo de conhecimento que se propõe a compreender o fenômeno, ou seja, aquilo que se mostra à consciência por si mesmo.

A Fenomenologia enquanto paradigma de bases filosóficas surgiu no século XIX com o filósofo alemão Franz Brentano (1838-1917). Maciel (2011) afirma que embora o teórico contribua fecundamente com o projeto da Fenomenologia, controversamente seus estudos ainda são pouco explorados. Brentano formou vários discípulos durante sua carreira docente, dentre eles o matemático e filósofo Edmund Husserl (1859-1938). É a partir de Husserl que há o estabelecimento do pensamento fenomenológico que se sustenta desde o século XX (Iezzi, 2013).

Husserl viveu em uma época em que as ciências positivas tentavam elucidar fatos pelo prisma empírico, ou seja, por meio de descrições sucessivas de fatos sem o questionamento de suas essências. Criticava tal esforço e defendia a necessidade de firmar um novo paradigma filosófico que desse conta de preencher as lacunas deixadas pela ciência empírica. Dessa perspectiva, Husserl propôs um método de investigação em que a “filosofia deve estabelecer seus conhecimentos e verdades sustentados na descrição da realidade circundante, como é apreendida pelo homem, enquanto ser consciente” (Marleta-Iezzi, 2013, p. 69).

Como ponto de partida, a Fenomenologia de Husserl sugere um “*voltar-se para as coisas mesmas*”, considerando-as não como fato em si, mas como fenômeno que integra a consciência. Apreender o modo pelo qual a Fenomenologia conceitua o termo fenômeno é tarefa mister a quem se propõe a uma pesquisa neste paradigma.

Moreira (2002) explica que as percepções de mundo e das realidades são dadas por meio dos nossos sentidos. Segundo o autor, a percepção “indica o processo pelo qual a estimulação sensorial é transformada em experiência organizada” (p. 65). Este processo se efetiva na consciência. Portanto, o fenômeno é a percepção de qualquer objeto do mundo “que se torna visível à nossa consciência (Moreira, 2002, p. 65), e o objetivo da Fenomenologia é compreender o significado das vivências da consciência que, dirigindo-se a um objeto, é sempre consciência de, ou para alguma coisa e, portanto, é *intencional*. Na visão de Forghieri (1993, p.15),

(. . .) a intencionalidade é, essencialmente, o ato de atribuir um sentido; é ela que unifica a consciência e o objeto, o sujeito e o mundo. Com a intencionalidade há o reconhecimento de que o mundo não é pura exterioridade e o sujeito não é pura interioridade, mas a saída de si para um mundo que tem uma significação para ele.

Mas que é o mundo e a realidade na Fenomenologia? Como Chauí (2010) nos apresenta, o mundo não é um conjunto de pessoas ou coisas que existem em si mesmas, mas sim um conjunto de significados e sentidos “que são produzidos pela consciência ou pela razão” (p.103).

Neste sentido, a pesquisa qualitativa em Fenomenologia objetiva o desvelar das vivências, “tais como emoção, percepção, aprendizagem verdadeira ou imaginação, a partir da experiência comum, pela reflexão e através da redução fenomenológica” (Holanda, 2011, p. 43). E o autor continua ao dizer que a pesquisa fenomenológica busca “alcançar o significado da realidade e do mundo para um sujeito encarado como ator e protagonista de sua própria vivência” (p.44), sujeito este a quem chamamos de colaborador, já que “a pesquisa fenomenológica não tem sujeitos que forneçam informações, mas colaboradores que pensam juntos sobre o assunto e o fazem com a novidade da primeira vez” (Amatuzzi, 2011, p. 21).

Enquanto método científico, a Fenomenologia não intenta verificar, mas sim construir a compreensão de um fenômeno utilizando para isso a análise compreensiva do discurso (Marleta-Iezzi, 2013). Martins e Bicudo (1989) citado por Holanda (2011), descreve o objetivo da pesquisa fenomenológica como sendo “alcançar os significados atribuídos pelo sujeito à situação pesquisada” concebendo os dados “como resultados das significações resultantes da tematização do sujeito acerca do evento” (p. 49).

O método imprescindível para a compreensão do fenômeno em Fenomenologia é o da redução fenomenológica, ou *epoché*. Nos dizeres de Bruns (2011),

(. . .) as verdades são relativas e temporárias e não absolutas e duradouras e nada é objetivo que não tenha antes sido subjetivo”, então, “o processo de análise permitido pela redução fenomenológica pode oferecer um caminho para sair do polêmico impasse existente entre subjetividade e objetividade, uma vez que, ao dirigir-se a um fenômeno, o pesquisador conduz o processo de análise, colocando em suspensão de juízo de valores o conhecimento que possui *a priori* acerca do fenômeno submetido ao processo de análise, o que não supõe uma atitude de neutralidade, mas uma postura intencional em relação ao fenômeno. (p. 72).

Na pesquisa fenomenológica, a fala nos torna possível o acesso ao fenômeno indagado, já que ele se interpõe à experiência do ser humano (Bruns, 2011). É por meio da análise dos relatos que buscamos elementos que nos colocam em contato com o vivido (Holanda, 2011). Para que esta análise fenomenológica ocorra, Bruns (2011) descreve quatro momentos imprescindíveis e que estruturam a análise dos relatos dos colaboradores, quais sejam:

(1). Transcrição dos relatos dos colaboradores e leitura ampla de todas as falas do início ao fim, intencionando “familiarizar-se com a descrição da experiência vivida e apreender o sentido geral do fenômeno indagado” (p. 73). A autora também destaca a importância de se estabelecer uma relação empática com a experiência relatada pelo colaborador na intenção de “poder sistematizar a experiência vivida” (p. 73).

(2). Descrição das unidades de significado obtidas a partir da releitura de cada relato. Neste momento há um recorte da fala julgado significativo pelo pesquisador com base na interrogação que faz ao fenômeno indagado. Bruns (2011) afirma que “nessa modalidade de pesquisa qualitativa, a realidade psicológica não está pronta; ela é construída pelo pesquisador no decorrer do processo de análise” (p. 73).

(3). Após obter as unidades de significado dos relatos, “o pesquisador busca agrupá-las em temas ou categorias que expressam o insight psicológico nelas contido, ou seja, é a transformação da linguagem coloquial do entrevistado no discurso psicológico” (p. 73). Também é neste momento que o pesquisador elege o referencial teórico que irá utilizar para a análise do fenômeno. Como já explicitado, nesta pesquisa nossa escolha foi a perspectiva teórica de Amatuzzi.

(4). Sintetização e integração dos insights de todas as unidades de significado, agrupando em “temas ou categorias em função das convergências e/ou divergências dos

significados atribuídos pelos colaboradores e que constituem os aspectos essenciais da estrutura compreensiva geral do fenômeno (p. 74).

Para encerrar nosso texto, descreveremos os horizontes de compreensão do fenômeno indagado e as características fundamentais do discurso psicológico/teórico elegido. Para isso, apresentamos a seguir o caminho trilhado, à luz da perspectiva fenomenológica, que nos conduziu ao encontro das colaboradoras, os instrumentos de investigação utilizados e o perfil de cada colaboradora.

3.2 O Caminho Percorrido

Submetemos o projeto de pesquisa em 08 de outubro de 2020 à Comissão de Ética (CEP) da Faculdade de Ciências e Letras “Júlio de Mesquita Filho” – campus Araraquara/SP, para ser avaliado. Em 30 de novembro de 2020, recebemos o parecer solicitando que algumas adequações fossem feitas. A partir disso, reenviamos o projeto à CEP da Unesp em 08 de janeiro de 2021 e tivemos nosso projeto aprovado em 08 de fevereiro de 2021 sob o número 4.528.863 (Anexo A).

3.3 Acesso às colaboradoras

Para acessar o grupo de dez colaboradoras proposto nesta pesquisa, utilizamos a estratégia intitulada Bola de Neve (ou *snowball*). Nessa perspectiva, contata-se uma colaboradora que indica outra colaboradora para a entrevista. Na técnica da Bola de Neve, as primeiras colaboradoras contatadas atuam “elo entre a pesquisadora e as próximas colaboradoras” (Vinuto, 2015, citado por Guimarães, 2017).

Para selecionarmos as colaboradoras da pesquisa, utilizamos os seguintes critérios: 1) mulheres que se consideram lésbicas; 2) mulheres maiores de 18 anos. Seguindo o caminho proposto pela técnica bola de neve, entramos em contato com as primeiras colaboradoras, que foram quatro mulheres. O contato foi feito por Whatsapp e, posteriormente, estas colaboradas contatadas primeiramente fizeram a indicação de mais seis mulheres para contribuírem com a pesquisa.

3.4 Os percalços do caminho

Todas as seis colaboradoras indicadas e que foram contatadas pelo Whatsapp aceitaram nosso convite para participar da pesquisa. Todavia, três delas desistiram da participação durante o processo de agendamento das entrevistas. Dessa forma, foi preciso que a pesquisadora contatasse mais uma colaboradora que auxiliou no processo de indicação de mais duas colaboradoras.

3.5 Instrumentos de Acesso às Colaboradoras

Todas as colaboradoras indicadas foram contatadas via Whatsapp. Uma vez aceito o convite para contribuir com a pesquisa, foi solicitado que a colaboradora assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e respondesse ao questionário de critério de Classificação Econômica no Brasil da ABEP/2021 (Anexo B), a fim de delinear o perfil de nossas colaboradoras. No período da pandemia que ocorreu de março de 2020 até o momento presente, ficamos impossibilitadas de realizar as entrevistas presencialmente. Como já foi citado, os documentos foram enviados às colaboradoras via Whatsapp, às quais assinaram e reenviaram pelo mesmo aplicativo.

As entrevistas aconteceram online, haja vista o momento de pandemia, e a plataforma escolhida para tal foi o Google Meet. Todas as entrevistas foram gravadas mediante a autorização de cada colaboradora, e salvas no Google Drive até que fossem feitas as transcrições. Feitas estas transcrições, as gravações foram descartadas e a análise fenomenológica se concretizou por meio dos relatos transcritos, utilizando para isso os passos da análise já descritos no item 3.1 deste capítulo.

Para compreender a vivência de nossas colaboradoras, utilizamos a entrevista compreensiva fenomenológica, que consiste num diálogo entre a colaboradora e a pesquisadora (Marleta-Iezzi, 2013).

A entrevista fenomenológica foi mediada por uma única questão norteadora: *“Conte-me a respeito de sua história de vida desde sua infância, passando por sua adolescência e adultez, pelo momento que você percebeu o seu desejo afetivo-sexual dirigido a outras mulheres, seus relacionamentos, até o momento atual”*.

A partir desses instrumentos de investigação, apresentamos a seguir um quadro que foi elaborado no intuito de mostrar o perfil de nossas colaboradas. Ressaltamos que todos os nomes atribuídos são fictícios para preservarmos a identidade das mulheres que dialogaram conosco.

Quadro 3

Perfil das Colaboradoras

Colaboradora	1	2	3	4	5
Data da entrevista	11/03/21	20/03/21	28/03/21	20/04/21	28/04/21
Nome	Bárbara	Mariana	Camila	Vanessa	Maria
Idade	40 anos	32 anos	28 anos	26 anos	56 anos
Naturalidade	Ibitinga/SP	Pouso Alegre/MG	São Paulo/SP	Paraisópolis/MG	Lins/SP
Nível socioeconômico	B2	B2	C1	C1	B2
Grau de escolaridade	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Superior Completo
Estado civil	Divorciada	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
Profissão	Professora	Psicóloga	Historiadora	Técnica em Enfermagem/ Psicóloga	Empresária

Nota. Roteiro de Identificação e Questionário de “Critério de Classificação Econômica no Brasil” (ABEP, 2021) e Autora (2021).

Quadro 4

Perfil das Colaboradoras

Colaboradora	6	7	8	9	10
Data da entrevista	29/04/21	30/04/21	02/05/21	02/05/21	03/05/21
Nome	Ana	Helena	Sandy	Maitê	Josi
Idade	27 anos	48 anos	19 anos	35 anos	48 anos
Naturalidade	Pouso Alegre/MG	São Paulo/SP	São Paulo/SP	Pouso Alegre/MG	Buenos Aires/Argentina
Nível socioeconômico	B1	B2	C1	C1	B2
Grau de escolaridade	Superior completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Superior Incompleto
Estado civil	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira
Profissão	Médica	Empresária	Manicure	Cabeleireira	Empresária

Nota. Roteiro de Identificação e Questionário de “Critério de Classificação Econômica no Brasil” (ABEP, 2021) e Autora (2021).

As perguntas sobre grau de escolaridade, estado civil e profissão foram transcritas na íntegra como informadas pelas colaboradoras.

As classes socioeconômicas variaram entre B1 e C1, em acordo com os critérios adotados pela ABEP (2021).

O grau de escolaridade foi variado em:

- 6 (seis) colaboradoras com ensino superior completo;
- 1 (uma) colaboradora com ensino médio incompleto (estudou até 2º ano);
- 2 (duas) colaboradoras com ensino médio completo;

- 1 (uma) colaboradora com ensino superior incompleto.

Com relação ao estado civil informado, percebemos que 4 (quatro) colaboradoras que informaram ser solteiras estavam em um relacionamento sério no momento da entrevista, inclusive morando com suas parceiras.

A partir desse roteiro de perguntas iniciais, conseguimos traçar o perfil de nossas colaboradoras, perfil este que será descrito minuciosamente no capítulo seguinte, ao trazermos os horizontes de compreensão possibilitados durante a entrevista fenomenológica, e que foram observados durante o diálogo entre a pesquisadora e as colaboradoras.

4 ANÁLISES COMPREENSIVAS DOS RELATOS: COMO É A TRAJETÓRIA DE VIDA DE MULHERES LÉSBICAS?

Uma das coisas que caracteriza uma psicologia de inspiração fenomenológica é a importância dada ao vivido. (. . .) É diante de uma indagação que o vivido se manifesta. (Amatuzzi, 2014, p. 55).

No presente capítulo, apresentamos a análise fenomenológica compreensiva dos relatos das colaboradoras rumo ao desvelar do fenômeno indagado: a lesbianidade. *Como é a história de vida de mulheres lésbicas?*

Utilizando a metodologia fenomenológica descrita no capítulo 3, logo após realizarmos a leitura dos relatos das colaboradoras, momento importante para compreendermos o sentido geral do fenômeno e descrevermos as unidades de significado encontradas, elegemos as categorias e as colocamos em análise na perspectiva teórica de Mauro Martins Amatuzzi.

A seguir, especificamos as categorias que se revelaram durante a análise compreensiva dos relatos:

Categoria 1: Nos horizontes da infância

Nesta categoria, nossas colaboradoras retomam sua infância bem como as recordações que conseguem se lembrar deste período tão importante na constituição do sujeito.

Categoria 2: Nos horizontes da adolescência e adultez

Neste momento, nossas colaboradoras perpassam por sua adolescência e adultez, retomando memórias que se mostram significativas.

Categoria 3: O sair do armário: a experiência de se assumir lésbica

Como foi a experiência de se descobrir e assumir-se lésbica? Para responder a esse questionamento, cada uma de nossas colaboradoras retoma a experiência que vivenciou ao sair do armário: os desafios psíquico-sociais e as possibilidades encontradas enquanto viviam tal fenômeno.

Categoria 4: O momento presente

Sendo assim, a seguir apresentaremos a análise da história de vida das colaboradoras de nosso estudo, começando pelo perfil de cada colaboradora, seguindo pelas quatro categorias

encontradas e suas respectivas unidades de significados. Os nomes utilizados são fictícios para que cumpramos nossa responsabilidade ética de não expor a identidade de nossas colaboradoras.

4.1 Perfil das Colaboradoras

Colaboradora 1 – Bárbara

Bárbara tem 40 anos e nasceu em Ibitinga/SP. Atualmente reside em Lins/SP, onde atua como professora de educação infantil. É formada em Pedagogia e pertence à classe socioeconômica B2. É divorciada de uma relação heterossexual que teve no passado e, no momento da entrevista, morava na mesma casa que a ex-companheira, com quem mantém relacionamento amistoso mesmo depois da separação.

Colaboradora 2 – Mariana

Mariana tem 32 anos e é natural de Pouso Alegre/MG. Atualmente reside em Itajubá/MG, onde é psicóloga da rede pública. Embora tenha dito ser solteira, Mariana declara que mora com a namorada. Pertence à classe socioeconômica B2.

Colaboradora 3 – Camila

Camila tem 28 anos e é natural de São Paulo/SP. É Historiadora e atualmente reside em Belo Horizonte/MG, onde cursa sua segunda graduação, em Ciências Sociais. Sua classe socioeconômica é C1. Afirma estar solteira no momento da entrevista.

Colaboradora 4 – Vanessa

Vanessa tem 26 anos e é natural de Paraisópolis/MG. É técnica em enfermagem e psicóloga. Atua como técnica em enfermagem em um hospital de Pouso Alegre/MG. Embora tenha declarado estar solteira no momento da entrevista, está em um relacionamento sério com a companheira. Seu nível socioeconômico é C1.

Colaboradora 5 – Maria

Maria tem 56 anos e nasceu em Lins/SP, cidade onde reside. É formada em Letras, mas não exerce a profissão. Atua como empresária no ramo de gastronomia. No momento da entrevista, está solteira. Sua classe socioeconômica é B2.

Colaboradora 6 – Ana

Ana tem 27 anos e é natural de Pouso Alegre/MG. É médica e exerce a profissão na rede municipal da cidade em que nasceu. Se declara solteira no momento da entrevista. Sua classe socioeconômica é B1.

Colaboradora 7 – Helena

Helena tem 48 anos e é natural de São Paulo/SP. É empresária no ramo de gastronomia em Pouso Alegre/MG. Não concluiu o Ensino Médio. No momento da entrevista se declarou solteira, embora esteja em um relacionamento sério. Seu nível socioeconômico é B2.

Colaboradora 8 – Sandy

Sandy tem 19 anos e é natural de São Paulo/SP. No momento da entrevista, diz estar morando em Pouso Alegre/MG com a namorada, mas se declara solteira. Concluiu o Ensino Médio e exerce a profissão de manicure. Sua classe socioeconômica é C1.

Colaboradora 9 – Maitê

Maitê tem 35 anos e é da cidade de Pouso Alegre/MG. É cabeleireira em sua cidade natal, onde possui um salão. Embora se diga solteira, está em um relacionamento sério no momento da entrevista. Seu nível socioeconômico é C1.

Colaboradora 10 – Josi

Josi tem 48 anos e é natural de Buenos Aires, Argentina. Reside no Brasil há muitos anos. Embora tenha iniciado o curso de Medicina Veterinária, não o concluiu. É empresária no ramo de banho e tosa de animais de pequeno porte. Está solteira no momento da entrevista. Sua classe socioeconômica é B2.

4.2 Categoria 1: Nos horizontes da infância

Bom, então vamos lá... minha primeira lembrança de infância eu tenho em torno dos 4 anos de idade, que dois homens né, era um da família – meu tio - e um amigo do meu tio, que eles brincavam muito com as crianças, principalmente com as meninas... que eles beliscavam a bunda da gente, é... assim, bem na polpa da bunda mesmo, dizendo que estavam medindo a febre da gente. E era... eles faziam isso com todas as meninas da nossa idade, sabe? Num determinado momento, um parou, né? Quando a gente foi crescendo, eu lembro que um deles parou. O outro não parou nunca. Nunca parou, foi sempre piorando. (Bárbara).

A partir do relato de Bárbara, percebemos o quão marcado tal episódio se fez em sua história de vida. Bárbara ainda diz que não tem outras lembranças de sua infância a não ser o fato de ter sido abusada sexualmente.

Na minha infância eu me sentia muito diferente das meninas, né? E muito próxima dos meninos em termos de gosto. Então, assim, brincar de boneca pra mim era algo muito raro. Eu gostava mesmo era de carrinho, de jogar bola, tudo que era considerado brincadeiras masculinas. E eu convivia muito com primos homens porque a maioria dos meus primos mais velhos que tinham a minha idade eram homens. Então a gente brincava de tudo, né? Então foi uma infância gostosa, mas cheia dessas coisinhas que eu só fui realmente dar conta mais tarde, quando você para pra pensar nos comportamentos, no que eu gostava e que me chamava a atenção. Da infância é mais ou menos isso mesmo. (Mariana).

A afirmação que Mariana utiliza para começar nosso diálogo desvela o aprendizado social de gênero que ocorre mesmo antes do bebê nascer: meninas brincam de boneca, meninos brincam de carrinho; meninas vestem rosa, meninos vestem azul, e tantos outros aprendizados que vivenciamos quando crianças e presenciamos serem transmitidos.

A colaboradora Vanessa também relata uma experiência parecida com a de Mariana no que se refere ao aprendizado social de gênero:

É... minha infância? Não lembro... deixa eu tentar lembrar, né? Eu tinha relação, gostava de brincar de carrinho e não sei se era normal, não era normal. mas não tinha malícia. Pra mim nada era malicioso... eu só gostava e pronto. (Vanessa).

Convergindo a esta perspectiva de aprendizado social de gênero, a colaboradora Maria também relata sua preferência de brincadeiras quando criança:

Então assim, eu tinha o dengo dos meus irmãos. Meus irmãos tinham as namoradas deles. Eles eram meio moleques e eu ficava no meio. Mas sempre eram carinhosos comigo. Tinha aquelas bolas de parque de diversão e as bonecas, mas eu gostava mais da bola. Minha irmã já brincava comigo, mas gostava mais da cozinha... eu já gostava mais de bagunçar com meus irmãos. Cresci assim no meio deles. (Maria).

Acerca disso, Silva e Brabo (2016) afirmam:

No contexto do mundo ocidental, na vivência de uma infância heteronormativa, a transmissão de regras sociais ideais à criança, em conformidade com seu sexo, ocorre, segundo Silva (2016, p. 138), a princípio ‘[...] desde o reconhecimento do sexo do bebê, durante a gravidez, à medida que a família inicia o preparo do enxoval de acordo com o sexo da criança: azul para os meninos e rosa para as meninas’, ou seja, antes mesmo do nascimento da criança, a dicotomia de gênero já é afirmada, (in)conscientemente, apenas pela descoberta de seu sexo. A partir disso, com o nascimento do bebê, a família segue em continuidade com esse processo de transmissão de regras sociais, porém, doravante, aliada à escola, com o início da escolarização das crianças na educação infantil” (pp. 132-133).

A colaboradora Ana não traz nenhuma questão relacionada ao brincar durante sua infância, mas relata que sempre esteve rodeada de adultos neste período de sua vida:

Questões assim da minha infância, eu acho que eu não tenho tantas coisas, assim... mas eu sou filha única né, então...além de ser filha única, eu sou sobrinha e neta única por parte de mãe, e sempre me percebi uma criança mais quieta, mais na minha mesmo, nunca fui de ser aquelas crianças muito agitadas. Não me lembro de eu gostando muito de brincar com outras crianças, claro, gostava, tinha amigos e tal, mas muito agitada, muito assim, não. Então assim, eu sempre tive a figura adulta na minha

vida, né? Pelo fato de ser filha única e tal, então eu sempre tive muito contato com meu tio, minha tia, meus pais... então a gente acabava que eu brincava muito com a minha tia naquela época. E aí eu lembro que eu ia bastante pra fazenda também, e aí lá tinha bastante crianças, então eu gostava muito de ir pra lá porque lá eu brincava, lá eu acho que eu me sentia bem livre. Querendo ou não eu brincava bastante e tal... eu acho que é mais nesse sentido. Eu sempre fui mais na minha, mas eu nunca tive nenhum problema de socialização. (Ana).

Camila relata uma experiência que nos faz pensar que a homossexualidade, mesmo que à época a colaboradora não possuísse repertório cognitivo para compreender dessa forma, já se apresentava em seus gostos lúdicos:

Pela infância, eu tive algumas relações, algumas amizades com garotas também, mas eu acho que naquela época também era tudo numa perspectiva de brincadeira, de não entender o que estava acontecendo, né? E então, eu tenho recordações de dar selinho, abraçar e ficar fingindo que é casalzinho com as garotas, só que aí foi na infância... mais ou menos que, paralelamente, a heterossexualidade compulsória tava ali, então assim, não era uma coisa que me incomodava porque eu realmente não pontuava isso como um problema. (Camila).

As colaboradoras Sandy e Maitê relatam lembranças de uma infância de muito afeto. Guardando a singularidade de cada história de vida, ambas as colaboradoras dizem terem tido uma infância tranquila.

Eu acredito que a minha infância tenha sido uma infância tranquila. Tipo, nossa, eu cresci com muito amor porque eu era a única criança da casa... Era meu tio, minha tia, minha mãe, era casa com muita gente e eu era a única criança da casa porque meu irmão veio eu tinha 8 anos. Tipo, minha mãe não cresceu junto com meu pai. É... mas na infância, no começo eu acho que eu tinha problema com isso, em relação ao meu pai, mas era uma coisa que não era muito ruim porque eu tinha muito amor em casa. (Maitê).

Ao falar acerca do amor, Maitê se refere a um sentimento. Nos dizeres de AmatuZZi (2014), qualquer sentimento antecede a fala, ganhando sentido novo quando materializado por meio dela:

O sentimento preexistia, mas quando descoberto ele adquire um estatuto existencial novo. À esta luz, antes de ser pronunciado, ele era um pré-sentimento. Só agora ele é assumido como tal, com esse sentido. A experiência primordial preexistia, mas só quando desperta é que ela tem acesso a um outro nível e se realiza no compromisso da pessoa. Só quando pronunciados é que sentimento e experiência adquirem sua realidade determinada e plena. Descobrir o sentimento e despertar a experiência primordial são também formas de romper o silêncio. (AmatuZZi, 2014, p. 26).

Já a colaboradora Sandy menciona o sentimento de felicidade ao se recordar de sua infância, atribuindo à presença de sua família tal responsabilidade:

Em relação à minha infância, eu fico muito feliz de lembrar porque eu acho que é a melhor parte da vida, e eu tenho ótimas recordações, sempre tive minha família por perto, sempre fui uma garota de família, e por esse motivo eu acho que me levou, lá na frente, a essa coragem de ter me assumido. (Sandy).

Na contramão desta perspectiva de felicidade e acolhimento, Helena relata ter tido uma infância muito difícil, trazendo à tona a figura do pai e do relacionamento conjugal entre pai e mãe:

Minha infância eu me lembro do meu pai. Ele era muito danado. Fazia minha mãe de boba demais, tadinha... E aí eu vivia com isso. Eu era a filha mais velha e via o sofrimento da minha mãe em relação ao meu pai com outras mulheres. Então minha infância foi complicada porque meu pai se separou da minha mãe eu tinha 9 pra 10 anos, aí repeti de ano porque eu só chorava. Então eu senti muito na época né? Porque eu era muito novinha. Na época não existia casais que se separavam, né? Era muito difícil, e também eu me lembro muito da minha mãe falando assim: 'nossa, agora que ele se separou de mim eu vou ficar mal falada'. Porque era assim antigamente: a mulher quando ficava sozinha, ninguém queria se aproximar porque ela ficava mal

falada. Eu lembro disso. E foi aí que eu acho que peguei o papel de provedora pra cuidar dela. (Helena).

O relato de Helena nos desvela o aprendizado social que fez – e ainda faz - parte do inconsciente coletivo⁷ de uma geração que viveu nos laços da monogamia conjugal como modelo normativo. Para entendermos a construção histórica da monogamia, precisamos voltar aos primórdios da humanidade, quando o planeta era habitado por nômades há milhares de anos atrás. Segundo Almeida (2021), acreditava-se que as mulheres engravidavam de forma sagrada e por poderes divinos. Dessa forma, as mulheres eram tratadas com muito respeito. A partir do momento que compreendem que ficavam grávidas de outros homens, a criança era considerada como pertencente a eles. Acerca disso, Almeida (2021) afirma:

Antes de entendermos a nossa sociedade como é organizada hoje, existia uma configuração de família que chamávamos de Família Sindiásmica, que nada mais era que uma comunidade de pessoas que se relacionavam entre si e se tratavam como uma grande família, isso queria dizer que se as mulheres tivessem filhos, esses filhos seriam da família e não de um único homem. A partir do momento em que se entendeu a paternidade, ou seja, que o filho era de um único homem específico, passou a existir a monogamia como uma forma de ter certeza de quem eram os pais dessas crianças. (p. 14).

Tendo abordado as unidades de significado e sentido dos relatos das colaboradoras no tocante à infância, passemos à próxima categoria de nossa análise compreensiva.

4.3 Categoria 2: Nos horizontes da adolescência e adultez

Nossa linda juventude

Página de um livro bom...

(Flávio Venturini e Márcio Borges)

⁷ Termo cunhado por Carl Jung (1875-1961) para definir o substrato inconsciente comum a todos os seres humanos. “Corresponde às camadas mais profundas do inconsciente, aos fundamentos estruturais da psique comuns a todos os homens. (...) Na qualidade de herança comum transcende todas as diferenças de cultura e de atitudes conscientes” (Silveira, 1997, p. 64).

A adolescência guarda em si importantes descobertas acerca de mundo e da relação do eu-mundo. Nesta fase experienciamos a questionadora etapa entre não sermos mais criança, mas ainda não sermos adultos. Segundo Palácios (1995), em 1968 o autor e psicólogo Erik Erikson (1902-1994) definiu este período como “moratória social, um compasso de espera que a sociedade oferece a seus membros jovens, enquanto se preparam para exercer os papéis adultos” (Palácios, 1995, p. 263).

Nessa perspectiva, os relatos das colaboradoras Bárbara, Ana, Maria e Helena desvelam que a primeira atração afetivo-sexual por outras mulheres aconteceu na adolescência, como demonstram os trechos a seguir:

Eu acredito que foi em torno dos meus 12 anos na antiga 5ª série mais ou menos, 6ª... que eu comecei a admirar algumas professoras, mas admirar demais. Queria muito beijar, abraçar, dar um beijo no rosto, sentir o cheiro... eu não sei se até hoje isso, é... ou até hoje era admiração pela profissão, né? Mesmo porque eu não achava que eu ia me tornar professora, mas ou se era por elas mesmas, porque não era com todas mas sim com as mais bonitas, né? Então eu sempre queria estar perto, sempre queria beijar, puxar o saco... sempre das professoras, e não dos professores. (Bárbara).

Mais ou menos com 15 anos que foi que eu me interessei pela primeira menina. Só que assim, eu já tinha alguns interesses. Na verdade, não era bem interesse, mas era mais admiração. Eu percebia uma admiração por mulheres, uma admiração bem grande por professoras, alguma figura um pouco mais... não é de autoridade, mas uma figura mesmo de, como se fosse algo pra você se espelhar. E aí sempre tive essa admiração desde muito pequena, né? Só que aí depois que eu comecei a me interessar por mulheres, voltando um pouquinho para trás, aí que foi que eu entendi que essa admiração talvez fosse alguma atração, alguma coisa, mas que pra mim não tinha ficado muito claro naquela época. Mas aí que eu fui mesmo ter a primeira relação, a primeira questão que eu realmente me percebi ‘não, eu realmente gosto de mulheres’, foi com 15 anos. (Ana).

Logo que eu fui trabalhar com minha irmã – 9 aninhos, 10 anos -, passei a participar das aulas de catecismo. Aí eu já achava bonita a professora, entendeu? Eu

já achava ela linda dando a aula de catecismo pra gente, ficava atenta à ela e pensava: 'Nossa, que bonita a minha professora!'. Então eu nunca achava que isso já era algum sinal. Fui descobrir depois. (Maria).

Minha adolescência eu morei num bairro perto do centro, comecei a me despertar assim por um menino e, tipo assim, ele era um bambambam da rua. Então tipo assim, ele gostava de mim, mas gostava de mais três. E aí eu tinha uma amiga que era muda. Ela não falava e era minha melhor amiga. A gente brincava muito e ela começou a encostar assim em mim. E aí eu lembro que eu comecei a sentir uma atração por ela. Mas não era muito, porque eu acho que eu estranhava a questão dela não falar. A gente se encostava uma na outra, e aí eu acho que eu já comecei a me sentir diferente. Mas eu lembro que com 9 anos, a gente brincava num porão da minha casa, e tinha uma outra vizinha que eu tinha um negócio por ela. Eu gostava muito de ficar perto dela, mas a gente era muito menininha... (Helena).

Percebemos um ponto de convergência no relato de todas as colaboradoras: antes de se reconhecerem lésbicas, as dez mulheres com as quais dialogamos tentaram se relacionar com homens. A seguir, apresentamos trechos dos diálogos que nos permitem embasar tal afirmação:

Quando eu comecei a sair de casa, 13 anos mais ou menos, meu interesse era por homens, né? Sempre fiquei com homens, beijava... até chegar o momento de transar, com 15 anos, que foi uma experiência horrível. A penetração foi uma experiência horrível... mas ah, 15 anos, primeira vez, fechada, virgem né? Vamos tentar de novo, né? Com outro, com outros, tal... Tentei algumas vezes ali na minha adolescência, todas as experiências horríveis. Não tive nenhuma experiência boa. A penetração era ruim... eu não sentia nada. Eu só sentia dor, não sentia nada. (Bárbara).

Eu demorei também pra ficar com um homem. Eu fiquei aos 18 anos, e é engraçado que eu tinha vergonha. Era uma coisa assim, assumir ter que ficar com um menino, com um rapaz, pra mim era vergonhoso, sabe? Ter que sair, ir pra uma festinha, alguma coisa, eu não queria... Aliás, ficar com homem só se fosse em festa. Ir

pra minha casa, levar pra porta da minha casa, ter que falar com os meus pais, isso nunca. (Mariana).

Na minha adolescência, eu 'tava' na 5ª série e, naquela época, eu mudo a vida. Eu queria me tornar emo e entrei num padrão emo da vida. Aí, o povo da minha sala começou a falar que eu era lésbica, que eu era gay, sapatão, e isso para mim era me crucificar. Então eu chorava, achava ruim, xingava... porque eu não sabia o real disso. E, até então, eu aprendi que isso era feio. Então, quando eles me chamavam eu chorava e não queria mais ser emo. A palavra emo era designada para sapatão... E mesmo quando eu falei que eu não queria ser mais emo, eles ainda me chamavam de lésbica, sapatão, que gostava de mulher, e pra mim aquilo soava como estranho, porque pra mim eu gostava de homem. Eu estava no início de uma caminhada de ficar com homem, então eu já tinha beijado, aquela 'ficadinha' de 12 anos de idade. Eu quis ficar com homem porque a sociedade impôs que eu tinha que ficar com homem, então eu tirei meu BV (boca virgem) porque todas as minhas amigas tinham tirado, e todas tinham tirado com homem. Eu não sabia que eu podia ficar com mulher. Eu 'tava' totalmente dentro da caixa do que a sociedade impôs, né? Naquele momento, na minha cabeça ser lésbica era algo ruim, algo que não podia, algo pejorativo... então eu fiquei com homem por conta que era normal. Então eu tinha que ficar como todas as minhas amigas ficaram. (Vanessa).

Eu tive um namorado na época da faculdade. Achava ele lindo, mas também achava linda a professora que me dava aula de Literatura. Aí que eu fui percebendo que tinha alguma coisa errada e que eu queria conhecer algo a mais. E mesmo nas horas que ele tentava, me presenteava, eu saía fora... vamos supor, dava beijos, mas na hora H, eu inventava alguma coisa e saía fora (. . .) Depois veio um homem que me aproximei e que era muito educado, muito fofo... Como eu estava em descoberta, eu dizia pra mim mesma: 'gente, eu não quero namorar'... Mas aí eu comecei a namorar com ele. Ele falou que ele queria casar comigo, ele estava terminando Química e eu fazia Letras. Porque até então eu só estava na curiosidade... eu via a moça, mas eu tinha medo. Tinha medo de me relacionar... se alguém viesse eu ficava apavorada. Com 18 para 19 anos eu dei o primeiro beijo numa mulher. Mas voltando, comecei a namorar esse rapaz, lembro que uma freira linda de olho claro trouxe uma rosa pra mim na faculdade. Ela passou e parou e disse: "Olha, filha, se você um dia se casar,

pense sempre com a razão... porque a razão está acima do coração”. Nesse momento foi como se ela estivesse lendo meus pensamentos. Ganhei a rosa dela e nisso, até pensei em ser freira porque no meio delas, talvez não precisasse de ter neura nenhuma. Nessa fase eu comecei a perceber muito meu namoro. No mesmo momento, ficava babando na sala de aula pela professora de Literatura. Fazia tudo certinho, ficava babando. Até que eu fui terminando Letras e aí escrevi uma carta para o meu namorado pedindo perdão e dizendo que eu não queria me casar com ele, porque eu não sabia ainda o que eu queria. Disse que eu estava em busca ainda, mas eu não conseguia falar pra ele que eu estava tendo uma atração pela professora. (Maria).

Eu acho que eu comecei a viver mais a minha pré-adolescência com 11 anos mais ou menos, por aí... que você já começa a perceber as questões afetivas e tal... eu me relacionei, assim, com meninos, aí eu me relacionei, assim, de namorar mesmo eu tive um namorado só homem. Agora, pra me relacionar, tive alguns que eu acabei me relacionando, mas nunca foi muito intenso, nem muito... não sei... parecia que não tinha muito uma entrega. Sempre uma coisa mais receosa, sempre uma coisa mais esquiva na minha sensação. (Camila).

Nunca tive atração por mulher em nenhum momento, sempre por meninos desde nova. Daí depois comecei a sair com 15, 16 anos, meninos também. Mas engraçado que eu não conseguia ter relacionamento com homem. Eu nunca namorei homem, você acredita? Eu só ficava. Ficava, mas namorar nunca. Fiquei com bastante homens, aproveitei minha adolescência bastante. (Josi).

Eu queria ficar com o meu vizinho, o rapaz da rua que todo mundo queria beijar... Mas eu comecei a sentir atração nessa época já. Por mulheres não, mas por essa pessoa. O que me fazia querer tentar com esse menino é que, desde pequena, você já não se aceita, né? Você não se permite sentir, então você quer tirar aquilo de dentro de você. Então foi isso. (Helena).

Nunca tive relações com homem, mas já namorei um garoto por 9 meses, e eu acho que é bastante tempo. E nunca foi nada fácil, era totalmente estranho porque não era eu e eu já sabia. Só que, por esse fato da religião, eu quis tentar. Eu sou da Assembleia de Deus. Por eu ter crescido naquela religião muito rígida, eu pensei: ‘e agora o que eu faço?’ Porque eu cresci enxergando uma coisa, pra do nada eu

descobrir um lado totalmente oposto daquilo que eu cresci aprendendo? Então foi difícil pra mim. (Sandy).

Quando me chamou a atenção, deixa eu ver se eu lembro quando foi... acho que foi na escola. Não. Primeiro foi numa festa que eu fui. Eu fui ajudar um tio meu que trabalhava numa balada e eu não sabia que balada que era, e eu fui fazer o caixa da balada pra ele. Eu tinha 16 para 17 anos. E aí era uma balada GLS. E aí na hora que eu cheguei pensei: ‘Meu Deus, isso é o máximo!’ Porque até então eu nunca tinha tido muito namorado. Eu nunca fui de ter muito namorado, nunca fui de ficar com muita gente... eu fui muito reservada, muito na minha. E aí depois disso, o segundo contato que eu tive foi na escola mesmo. Eu demorei pra me aceitar no caso, com a minha cabeça mesmo. (Maitê).

Pra me relacionar (com meninos), tive alguns que eu acabei me relacionando, mas nunca foi muito intenso, nem muito... não sei... parecia que não tinha muito uma entrega. Sempre uma coisa mais receosa, sempre uma coisa mais esquiva na minha sensação. (Ana).

A tentativa de se relacionaram primeiramente com homens para depois percorrerem a trajetória de se assumirem lésbicas, desvela-nos o fenômeno da heterossexualidade compulsória que, segundo Cidade e Bicalho (2016), afirma-se como o ideal imposto pela sociedade de que a heterossexualidade é a orientação sexual moral e politicamente “correta”. Para os autores, “a heterossexualidade compulsória está atrelada à expectativa exclusivista de desejo e conjugalidade entre pessoas de sexo/gênero tido como opostos” (Cidade & Bicalho, 2016).

Nessa direção, internaliza-se a heterossexualidade como modelo normativo para avaliar todas as outras configurações sexuais (Borrillo, 2016), culminando num processo que chamamos de homofobia internalizada, no qual o sujeito homossexual internaliza pensamentos e sentimentos estigmatizadores, aprendidos a partir da sociedade e tomados para si como verdade, gerando preconceito contra si mesmo (Williamsom, 2000).

Vanessa relata vivência de bullying homofóbico em ambiente escolar:

Eu queria me tornar emo e entrei num padrão emo da vida. Aí, o povo da minha sala começou a falar que eu era lésbica, que eu era gay, sapatão, e isso para mim era

me crucificar. Então eu chorava, achava ruim, xingava... porque eu não sabia o real disso. E, até então, eu aprendi que isso era feio. Então, quando eles me chamavam eu chorava e não queria mais ser emo. A palavra emo era designada para sapatão... E mesmo quando eu falei que eu não queria ser mais emo, eles ainda me chamavam de lésbica, sapatão, que gostava de mulher, e pra mim aquilo soava como estranho, porque pra mim eu gostava de homem. (Vanessa).

Mariana relata um capítulo de sua vida durante o tempo em que trabalhou numa escola de educação infantil, ainda no período que cursava faculdade de Psicologia:

Eu já tinha aí os meus 23 anos, e eu estava estudando na PUC e consegui passar num concurso para auxiliar de desenvolvimento infantil. Então eu comecei a trabalhar num centro educacional infantil, e lá tinha uma amiga minha que era bissexual, e a gente se deu muito bem logo de cara, sabe? (...) A gente fez uma amizade muito grande. E ela tinha mania de me abraçar com muita força, sabe? De bater a mão na minha bunda, né... de falar que eu era o amor da vida dela, e isso era uma brincadeira porque ela namorava. Ela tinha uma filha e morava com o cara. Mas ela já tinha falado pra mim que ela já tinha ficado com meninas. E aí isso começou a despertar nas pessoas umas coisas do tipo: “será que tem alguma coisa aí?” Só que eu não tinha reparado. Sei que um dia ela passou uma situação muito horrível com esse namorado, de quase violência, e aí eu sempre ofereci minha casa pra ela: “Olha, se acontecer alguma coisa você pode vir pra minha casa, porque ele sabe onde você mora, né? Você vem pra minha casa e fica com a sua filha aqui e não tem problema.” E aí nesse dia ela fez isso, e a noite foi muito gostosa. (...) No outro dia eu fui trabalhar, e aí eu percebendo as meninas dizendo: “nossa, a noite foi boa ontem, né?” e eu falava: Foi, foi bacana. A gente se divertiu bastante”. Só que assim, sabe quando não vira a chavinha? E aí eu vendo falar, e aí começo a ver umas caras estranhas, uns negócios assim... (...) Foi passando o tempo, foi passando os dias, os olhares, coisas assim... e aí começaram a vir algumas pessoas ficarem questionando sobre isso, e aí eu não aguentei... sabe, porque você está num lugar que todo mundo te olha torto, as pessoas param de chegar perto (...) E o meu problema não era me tacharem de lésbica nem nada disso. O meu problema era a forma como isso foi encarado, a forma como as pessoas estavam olhando. Homofobia, né? A forma como estavam olhando, a forma como estavam agindo, e eu não tinha feito nada, e mesmo que tivesse feito... Mas, nada... Um dia, fui

falar com minha chefe sobre isso e aí ela começou a falar algumas coisas dos pais, que se os pais soubessem e que ‘não que ela fosse preconceituosa’, mas que e se os pais soubessem. E aí eu falei: ‘Olha, você é homofóbica, porque só porque ela é bissexual e a gente começou a se aproximar, não significa que a gente tenha alguma coisa. Então ninguém vai poder se aproximar dela, porque todo mundo que se aproximar vai ser tachado de lésbica ou bissexual?’ Aí ela falou assim: ‘mas o problema não é ela, e sim você! Porque ela namora... estão falando que você estava dando em cima dela’. (Mariana).

Sendo as escolas ambientes que regulam e normatizam comportamentos ancorados na heterossexualidade como modelo normativo, as vivências afetivo-sexuais que escapam a esta regra moral acabam negligenciadas, tornando-se experiências veladas dentro dessas instituições (Vitoriano & Andrade, 2022).

Santos, Silva e Menezes (2017) trazem uma definição importante acerca de bullying e que nos auxilia a refletir a trama deste fenômeno em ambientes escolares:

Nos últimos dez anos, tem-se utilizado a expressão bullying homofóbico como um denominador discursivo para explicar processos de preconceito, discriminação e violência homofóbica na escola (Monk, 2012, citado por Pascoe, 2013).

Enquanto na literatura, o bullying é geralmente definido como uma violência entre pares caracterizada por intencionalidade em magoar, repetição e poder diferencial entre os elementos envolvidos (Furlong, Sharkey, Felix, Tanigawa, & Greif-Green, 2010), a sua associação à homofobia remete, como resume Junqueira, para uma força desumanizadora (2009, 37) contra aqueles/as que não seguem – ou se julga não seguirem – um desejo, uma identidade, estilos de vida ou práticas afetivas e/ou sexuais de cariz heterossexual” (Santos et al., 2017, p.3).

Quando Vanessa e Mariana relatam o desejo de mudar desejos e comportamentos a partir da experiência de bullying, somos remetidos aos dizeres de AmatuZZi (2016) ao discorrer a respeito da palavra própria e da palavra alheia em Paulo Freire, teórico que afirmava que a palavra própria é aquela que se desvela quando o ato é o próprio sentimento; já a palavra alheia “foi colocada na boca das pessoas sem que nascesse de seu coração” (AmatuZZi, 2016, p. 67).

Nessa circunstância, “quem fala por minha boca (...) é o opressor hospedado no oprimido” (Freire, 1974, citado por Amatuzzi, 2016, p. 67).

Ao deixarmos que a palavra do outro se hospede em nós e nos faça perder de vista aquilo que realmente sentimos e queremos, cria-se dentro de nós uma dualidade que pode nos conduzir a um falar inautêntico:

Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não o opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo. (Freire, 1987, p.19).

Passemos, neste momento, à análise compreensiva da experiência de nossas colaboradoras em sair do armário, momento em que assumem sua orientação afetivo-sexual.

4.4 Categoria 3: O sair do armário: a experiência de se assumir lésbica

A Idade Média é aqui
 Mesmo que me arranquem o sexo
 Minha honra, meu prazer
 Te amar eu ousaria
 E você, o que fará se esse orgulho nos perder?”
 (Venturini, F., & Borges, M., 1999)

Como já mencionado nesta pesquisa, dividiremos a análise compreensiva em duas subcategorias as quais consideramos fundamentais para a compreensão do fenômeno que se desvela ao assumirem-se lésbicas.

4.4.1 SUBCATEGORIA 1: A COMPREENSÃO DE SI MESMA ENQUANTO MULHER LÉSBICA

Ao escutarmos as dez mulheres que aceitaram colaborar com nossa pesquisa, percebemos um certo ponto de convergência em suas histórias de vida. Um certo. Dada a singularidade de cada existência, notamos que as colaboradoras que ouvimos tentaram seguir o modelo normativo imposto pela sociedade: o da heterossexualidade. Tentaram sentir algum desejo afetivo-sexual pelo sexo oposto, o que observamos nos seguintes relatos:

Não que eu nunca tenha tido orgasmo com ele. Eu tinha, mas não com penetração. Aliás foi o único homem com quem eu tive orgasmo, mas eu penso que porque eu fiz acontecer, eu dei meu jeito. (Bárbara).

Teve um cara que eu fiquei por três meses – e eu achei muito – que esse sim frequentava a minha casa, mas sabe aquela coisa de ficava com ele, ele era uma pessoa boa, mas eu não sentia na-da. Nada! Eu não me relacionei com homens nunca. Eu gostava da presença dele, eu ficava com ele, mas não era uma coisa que fazia eu querer continuar. Quando eu via que ele começava a querer ir para um outro ponto, eu cortava. (Mariana).

Tive alguns que eu acabei me relacionando, mas nunca foi muito intenso, nem muito... não sei... parecia que não tinha muito uma entrega. Sempre uma coisa mais receosa, sempre uma coisa mais esquiva na minha sensação. (Ana).

Eu tive um namorado, e eu traí porque a relação tava uma bosta. Não tinha relação mais, não me satisfazia mais. Eu só ficava uma boneca inflável quando a gente transava... era tudo só para satisfação dele e nenhuma satisfação da minha parte. Nunca foi satisfação da minha parte, na verdade. Porque realmente eu não gostava daquilo. (Vanessa).

E mesmo nas horas que ele tentava, me presenteava, eu saía fora... vamos supor, dava beijos, mas na hora H, eu inventava alguma coisa e saía fora. (Maria).

Nunca tive atração por mulher, em nenhum momento. Sempre por meninos desde nova. Daí depois comecei a sair com 15, 16 anos, meninos também. Mas engraçado que eu não conseguia ter relacionamento com homem. Eu nunca namorei homem, você acredita? Eu só ficava. Ficava, mas namorar nunca. (Josi).

Com 18 anos eu tive meu primeiro namorado, né? Namorei 3 anos e perdi minha virgindade com ele. Ele era mais velho que eu 10 anos, mas eu gostava dele, gostava do jeito dele... mas eu não conseguia sentir prazer nenhum na cama, absolutamente nada. Pra mim foi frustrante mesmo, absurdo, não foi bom. (Helena).

Nunca tive relações com homem, mas já namorei um garoto por 9 meses, e eu acho que é bastante tempo. E nunca foi nada fácil, era totalmente estranho porque não era eu e eu já sabia. (Sandy).

Sabe quando é uma coisa horrível? Que eu vi que nada a ver mesmo... Uma coisa que parece que não bateu nada e aí percebi que eu não tinha curiosidade. Tanto é que eu nunca fui pra cama com homem nenhum. E eu não tenho curiosidade nenhuma porque, das vezes que eu tentei ficar de beijar, foi horrível pra mim. Foi muito ruim. (Maitê).

Desvelamos dois fenômenos que se mostram nestes relatos: o primeiro deles a necessidade internalizada de se encaixarem no modelo normativo, que prevê o relacionamento afetivo-sexual entre um homem e uma mulher; o segundo, talvez ainda oculto à consciência, mas presente no inconsciente humano: o medo da solidão.

Lessa (2003) nos auxilia a compreender de que forma o filósofo Martin Heidegger (1889-1976) pensou a solidão humana:

A solidão é a condição original de todo ser-aí humano e cada um de nós sempre experimenta a si mesmo a partir de tal solidão, a partir da condição de encontrar-se sozinho no mundo. Com isso, o nascimento vem à tona como uma espécie de lançamento da pessoa à sua própria sorte. Ao mesmo tempo, porém, o modo como nos encontramos cotidianamente no mundo tende a produzir um soterramento de nossa solidão inicial. Tal como o próprio Heidegger descreve no parágrafo 27 de *Ser e tempo*: ‘No espaçamento constitutivo do ser-com reside (...) o fato de o ser-aí, enquanto convivência cotidiana, estar sob a tutela dos outros. Não é ele próprio que é, os outros lhe tomam o ser. O arbítrio dos outros dispõe sobre as possibilidades cotidianas de ser do ser-aí’. (Lessa, 2003, p. 2).

Divergindo do pensamento de Heidegger, AmatuZZi (2016) afirma que, para Martin Buber (1878-1965), aquilo que há de mais central no ser-humano, ou seja, o espírito que oferece a real possibilidade do ser se tornar realmente homem, se revela na relação que estabelecemos com os outros.

Nessa perspectiva, mesmo que haja a compreensão de que a solidão é, inerentemente humana, vimos pelos relatos de nossas colaboradoras que há na existência humana um anseio de se descobrir na relação do eu-tu.

Seguindo com nossa análise compreensiva, percebemos que, após passarem pela tentativa de se afirmarem heterossexuais, ou ainda bissexuais, nossas colaboradoras compreenderam sua existência lésbica. Bárbara, Mariana, Camila e Ana lidaram bem consigo mesmas, tal como vemos nos seguintes relatos:

Desde que me assumi, eu vivo minha sexualidade assim, de boa... (Bárbara).

No Carnaval de 2018 eu fiquei com a primeira menina. Eu ainda não tinha assumido nem nada... nunca tinha ficado... a minha irmã estava lá, viu e achou de boa. E aí sim quando eu beijei a menina eu falei 'aí, toda a sensação que eu passei por 29 anos, toda aquela sensação esquisita que eu tinha, toda aquela coisa do estar deslocada, de parecer não fazer parte de nenhum grupo, eu fui entender no dia que eu fiquei com uma menina'. E quando eu me descobri, ao contrário de muitos, e eu sei que é problemático, pra mim foi uma libertação e uma alegria tão grande que, daí por diante, foi uma decisão por mim atrás da outra. (Mariana).

Depois do último dia que eu tentei ficar com homem, em 2017, eu vi que estava tentando pra mostrar que eu era uma coisa que na verdade eu não era. Foi então que eu comecei a falar para os meus amigos que eu não ia gostar de homem. Hoje, a minha construção tá muito mais tranquila, muito mais em paz, hoje eu até consigo brincar... Quando eu me entendi lésbica, eu ficava me pressionando dizendo que eu não podia achar homens bonitos, mas hoje vejo que eu posso ser lésbica e mesmo assim achar. A idade ajuda. (Camila).

Eu não tive muita angústia, muito nada em relação à aceitação comigo mesma. (Ana).

Na contramão desta perspectiva de aceitação de si mesmas, os relatos das colaboradoras Vanessa, Maria, Helena, Sandy, Josi e Maitê desvelam a dificuldade de aceitarem sua homossexualidade.

Passemos à próxima subcategoria, a qual nos conduzirá à compreensão das razões elencadas por essas colaboradoras como dificultadoras do processo de aceitação da existência lésbica.

4.4.2 SUBCATEGORIA 2: FAMÍLIA, RELIGIOSIDADE E SOCIEDADE: MATIZES QUE ENVOLVEM O SAIR DO ARMÁRIO

Durante a análise do relato das colaboradoras Vanessa, Maria, Helena, Sandy, Josi e Maitê, desvelamos a instituição familiar e a religiosidade como importantes tramas de entrelaçamento da moral social e cristã na interface com a lesbianidade.

Na época eu fiquei com medo em relação à minha família, lógico. A primeira coisa que vem é minha família. Quando eu traí meu ex-namorado com uma mulher, ele foi contar pra minha família e meu pai brigou comigo muito feio. Disse que eu era a vergonha da família, que eu não podia ser lésbica... por isso que eu tinha uma insegurança muito grande de falar quando eu comecei a namorar atual namorada. (...) A partir do momento que eu vi que a homossexualidade não é aquilo que a sociedade colocou, nada mais me trouxe sofrimento. O sofrimento foi quando eu conheci minha namorada e tive que contar pro meu pai... Primeiro eu contei pro meu tio, que também disse que já sabia e estava esperando o momento que eu contasse e que me aceitava como eu era, e depois tinha que contar pro meu pai. Ele é o que eu tinha mais medo por conta do que aconteceu na época, do quanto ele me crucificou. Só que aí foi totalmente o contrário. Ele me abraçou e disse que o que importava era minha felicidade, e que minha mãe ia me aceitar. E a minha família inteira coloca minha namorada na família até mais que eu. Depois que eu abri, eu já tinha minha vida aqui, mas aí eu pude abrir minha vida pra lá. (Vanessa).

A neurolinguística mexeu muito com o meu eu. E aí me deu uma dor muito grande na lombar e vim a saber pelo mestre que eu estava com a minha parte sexual travada. Ele me questionou se eu tinha medo de amar e eu disse que sim... Então ele

me aconselhou a ser feliz e a viver, que eu conseguiria saber o que eu queria de verdade. A partir desse momento, comecei a observar mais as meninas. Percebi que eu comecei a ter um certo alívio, porque até então aquilo me machucava. Eu me encantei por uma moça mas eu tinha medo, sabe? Nunca curti os pejorativos que as pessoas usavam para se referir às lésbicas da época. Hoje eu já sou bem mais resolvida, graças a Deus, mas naquela época era muito difícil. (Maria).

Eu fiquei muito tempo sem me aceitar, quase que uma vida inteira. Eu aceitava e não aceitava. Eu queria e não queria. E minha família fazia muita chantagem, entende? A não aceitação fazia isso. Sempre com interferência, porque eu era sempre muito feliz naquilo que eu sentia, sozinha. Meu desejo era grande. Então eu me sentia bem ficando com uma mulher, entendeu? Mas as coisas, parentes, mãe, irmão, todo mundo falando, isso me deixava em dúvida se realmente eu ia ser feliz, se era pecado ou não era – porque existia essas coisas, né? (Helena).

No primeiro momento, não consegui aceitar. Na minha cabeça eu não podia estar gostando de outra mulher. Veio à tona como seria difícil ficar com alguém do mesmo sexo, eu acho. Daí aquela coisa de que eu nunca mais iria olhar para a cara dela, só que a gente foi se aproximando mais. Acabou que a gente ficou juntas 1 ano. A família dela descobriu e aí foi um inferno na minha vida. (Josi).

Mesmo sem ter muito namorado, eu fiquei meio confusa porque minha mãe não aceitou. Meu pai foi de boa... não sei se porque ele não conviveu muito comigo, mas foi mais fácil pra ele. Mas a minha mãe não aceitou no começo, porque meu pai tem três filhos homens e minha mãe dois filhos homens e eu só, então ela achava que eu tinha que casar, dar neto, não sei o que, sabe esse tipo de coisa? E foi isso. Depois que eu descobri foi a melhor coisa da minha vida. (Maitê).

Percebemos claramente o ensejo pela vivência da relação homoafetiva. Contudo, o desejo se obscurece diante da necessidade de se comportar tal como a sociedade hegemonicamente heteronormativa pressupõe. Ao discorrer a respeito da palavra própria e da palavra alheia em Paulo Freire, Amatuzzi (2016) afirma que a palavra própria é aquela que se desvela quando o ato é o próprio sentimento; já a palavra alheia “foi colocada na boca das pessoas sem que nascesse de seu coração” (Amatuzzi, 2016, p. 67). Paulo Freire (1974), citado

por AmatuZZi (2016) diz que, nessa circunstância, “quem fala por minha boca (...) é o opressor hospedado no oprimido”. (AmatuZZi, 2016, p. 67).

Ao deixarmos que a palavra do outro se hospede em nós e nos faça perder de vista aquilo que realmente sentimos e queremos, cria-se dentro de nós uma dualidade que pode nos conduzir a um falar inautêntico:

Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não o opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo” (Freire, 1974, citado por AmatuZZi, 2016, p. 68).

As instituições religiosas que se ancoram no cristianismo também acabam contribuindo para com o obscurecimento das configurações sexuais que não se enquadram à heterossexualidade, como o relato de Camila e Sandy nos possibilitam compreender:

Dentro desse grupo de jovens católico, tinham meninos gays visivelmente afeminados. E aí eu ficava: ‘gente, vocês vão ficar aqui falando que pode ser gay mas não pode praticar, tipo como na passagem que fala que Deus ama o pecador mas não ama o pecado?’ Eu ficava muito pasma. Então Deus entende que ele é gay, mas ele não pode praticar o que é ser gay? Isso me bugava demais. Também tinha uma menina que também era lésbica, e um desses meninos que eram gays era muito meu amigo. E aí eu ficava pensando que aquilo não era vida. Ficava chocada de imaginar que eles podiam ler na missa, participar da missa, mas não podiam dar um beijo e se apaixonar porque Deus não ama o pecado? Deus ama tudo! E aí eu comecei a questionar e ficar bem pistola com isso. E dentro desse grupo, como em todos os outros grupos que eu participei, obviamente também tinham garotas que despertavam alguma coisa diferente em mim. A gente tinha muito as fugas, né? (Camila).

Eu sou da Assembleia de Deus. Por eu ter crescido naquela religião muito rígida, eu pensei: ‘e agora o que eu faço?’ Porque eu cresci enxergando uma coisa, pra do nada eu descobrir um lado totalmente oposto daquilo que eu cresci aprendendo? Então foi difícil pra mim. Mas aí eu vi que não era aquilo que eu queria, que tava totalmente errado, larguei mão. Mas, antes de namorar com esse garoto, eu já tinha ficado com uma garota... que até foi só com essa garota. Beije essa garota, gostei, e foi aquela coisa que eu nunca esqueci. Aí eu pensei o que poderia ter acontecido, Até foi um pecado grande que eu cometi porque eu era da igreja, e eu não tava entendendo mais nada porque estava tudo muito confuso. Aí eu enfiei a cara nisso. Terminei esse relacionamento e, a partir daquele momento, as coisas foram ficando difíceis porque querendo ou não, por convivência, eu não gostava dele mas senti falta num certo momento, e aquilo ficou muito diferente e tal. Um dia, eu conversando com a minha prima, eu contei pra ela e disse que estava completamente errado e que eu não estava gostando daquela situação que eu tava passando. Tava muito difícil os meus dias. Até que um dia, eu também saí, fui num lugar com uma amiga e fiquei com uma menina novamente. Foi quando eu pensei; ‘Poxa, não dá... Não vou...’. Mas eu guardei aquilo pra mim até eu me assumir, porque faz 1 ano que eu me assumi com minha namorada. (Sandy).

A experiência religiosa é compreendida como uma vivência espiritual singular e única, capaz de transportar “a pessoa que vive essa experiência para um tempo e um espaço totalmente outros que o ordinário, um tempo e um espaço mitológicos”. (Amatuzzi, 1998; Guimarães, Zerbinati & Bruns, 2019). Em se tratando do cristianismo, a heterossexualidade assume o lugar de modelo perfeito a ser buscado e praticado pelos seres humanos.

4.5 Categoria 4: O momento presente

Em seu atual contexto de vida, todas as colaboradoras de nossa pesquisa estão bem consigo mesmas e com suas escolhas. Embora seis delas (Mariana, Ana, Vanessa, Helena, Sandy e Maitê) tenham se declarado solteiras durante o preenchimento do Roteiro de Identificação (já mencionado no capítulo em que tratamos do perfil das colaboradas), todas as seis colaboradoras estão em um relacionamento sério com suas parceiras. Dessas seis, três moram juntas e partilham de uma vida em comum com suas parceiras no momento da entrevista. Mesmo não estando em um relacionamento sério no momento da entrevista,

Bárbara, Maria, Camila e Josi também afirmam que estão bem em relação à sua homossexualidade.

A sensação de bem-estar ocorreu após se aceitarem e sentirem a aceitação de suas famílias e do meio social a que fazem parte. A seguir, mostramos trechos de alguns dos relatos que nos possibilitam esta compreensão:

Escolhi fazer meu TCC sobre isso, e eu gostei muito, me encantei muito, enfim... acho que foi muito um reforço grande pra mim mesma... foi um projeto que eu tive a sensação de que eu construí minha vida inteira, na verdade... desde o momento que eu falei que eu gostava de mulheres e todo esse processo de se reforçar e estar ali o tempo inteiro. Então, no final, poder fazer um trabalho desses e ter o apoio dos meus pais, foi bem legal. E hoje em dia eu faço algumas coisas em relação a isso, trabalho, faço palestras, aulas para a faculdade, os alunos da faculdade, ligas acadêmicas, eles me chamam bastante pra falar um pouquinho sobre as questões de saúde da população LGBT, e pra mim é muito legal porque, atualmente, percebe-se que eles têm buscado um pouco mais esse conhecimento um pouco antes do que eu tive acesso. (Ana).

Hoje, para mim, está definido. Sou apaixonada pela minha namorada, que é aceita por todo mundo da minha família, que é aceita por mim, e eu não tenho vergonha do que eu sou. (Vanessa).

Eu tive uma vantagem enorme perto de todos os outros LGBTs que sofrem todos os tipos de violência com a família, e comigo foi bem tranquilo nesse ponto. Quando eu levava as discussões a respeito do feminismo, a respeito do movimento negro, eu também levava as discussões a respeito do movimento LGBT pra dentro de casa. Minha mãe é uma boa ouvinte (risos). Meu irmão cresceu muito fora de casa, e até hoje nossa relação não é tão próxima por conta disso. Ele é muito na dele. Os meus problemas com o meu irmão nunca foram sobre a minha sexualidade. E com meu pai também. Meu pai é um homem muito simples, sabe? Da roça mesmo, com pouca instrução... então minha mãe que é literalmente aquela dona de casa que manda e desmanda em todo mundo (risos). As conversas demoradas, quando eu queria falar de alguma pessoa era sempre com a minha mãe porque com meu pai e com meu irmão, pra eles nunca foi um problema... (Camila).

Hoje eu estou muito melhor com essa situação. Hoje nada interfere na minha cabeça. A maturidade faz coisa boa com a gente, né? Eu não permito mais que as pessoas me desrespeitem. Eu busquei muito isso, né? É desafiador isso pra gente. Hoje eu sou a mulher que eu gostaria de ser, com o respeito dos meus filhos, respeito das pessoas que eu convivo. (Helena).

Não é nada fácil e ainda mais sendo filha de pastor, eu recebo críticas até hoje da igreja, as pessoas comentam e pensam que eu vou direto pro inferno. Mas eu não tô nem aí porque é a minha vida que tá em jogo. Eu não vou deixar de viver o que eu gosto, o que eu nasci pra ser por causa das opiniões de terceiros. Então eu não ligo muito, de verdade. Eu vivo o que eu sou. Não me machuca. Hoje, creio eu que meu relacionamento com a minha família está bem. (Sandy).

Quando eu contei, minha mãe achou que eu era doente e queria me internar, e falou um monte de coisa, sabe? Falava que eu não ia mais colocar a mão nos meus irmãos, perguntava se eu teria que ser tratada como homem... como que ela ia fazer porque agora ela ia ter que mudar...Porque no bairro acho que era só eu que me assumi, então foi o comentário geral, né? Era assim... Mas eu acabei enfrentando, não fiquei segurando não. Foi sofrimento, mas pra mim foi uma liberdade, entendeu? É isso! (Maitê).

5 A COMPREENSÃO DO FENÔMENO INDAGADO: DESVELANDO SENTIDOS

Na trajetória de compreender o que é a lesbianidade e de que forma este fenômeno se apresenta na vida de cada uma das dez colaboradoras que contribuíram com nosso estudo, encontramos uma linha que, ao mesmo tempo que marca a existência singular de cada uma destas mulheres, entrelaça suas histórias de vida.

Bárbara nos ensina muito diante de uma história marcada por desafetos, desamores e a experiência de um abuso sexual em sua infância. Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005), o abuso sexual tornou-se um problema de saúde pública tanto pelo índice epidemiológico como pela gravidade das consequências psicossociais que causam na vítima. Para as autoras, “Esta forma de violência pode ser definida como qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal)” (Habigzang et al., 2005).

Há um aspecto da história de vida de Bárbara que converge com a de Camila. Trata-se da possibilidade que ambas tiveram de ter e sentir o apoio e o respeito familiar diante da escolha de se assumirem lésbicas. Enquanto presenciavam situações às quais alimentavam dentro de si o medo de saírem do armário, suas famílias - enquanto matrizes de sentido - demonstram que o diálogo constrói pontes que o preconceito se esforça em destruir.

Ainda pensando nas convergências que entrelaçam a história de vida de nossas colaboradoras, compreendemos a tentativa de se relacionarem com homens – ou ainda de se assumirem bissexuais, como visto no relato de Vanessa, Camila e Mariana – antes de assumirem sua própria homossexualidade para si mesmas e para seus núcleos relacionais. Concluímos a partir dos relatos que este ensejo aconteceu por estar envolvido nas tramas do medo, da culpa, da vergonha e do preconceito que internalizam em si, fenômeno que chamamos de homofobia internalizada (Williamsom, 2000).

Como numa teia estruturada entre convergências e divergências, a experiência religiosa de Camila se encontra com a experiência religiosa de Sandy. Ambas relatam terem sido membros ativas de grupos religiosos. A partir do momento em que percebem sua existência indo na contramão das crenças estigmatizadoras seguidas por essas doutrinas religiosas, decidem buscar o encontro com algo superior, algo que não se coloca à mercê da limitante moral circundante que cega os olhos e silencia tantas vivências dentro dessas instituições.

Nesse ponto, vale ressaltar que a religiosidade possui seus aspectos positivos e negativos. Segundo Cambuy, Amatuzzi e Antunes (2006):

Alguns psiquiatras e psicólogos clínicos consideram a religião como perigosa e até mesmo nociva para a saúde mental. Essas convicções estavam mais disseminadas na primeira metade do século XX do que hoje. Como argumentos para esta posição alegavam os delírios religiosos, a culpabilização da sexualidade e as neuroses coletivas de culpa, o encorajamento de experiências suspeitas e perigosas como visões e aparições. Em contrapartida, outros profissionais acreditam que a religião é necessária e útil à saúde mental. (. . .) Hill e Butter apontam a variável religião como extremamente construtiva e útil para o estudo do comportamento. Os estudos atuais sobre religião e saúde mental ou bem-estar psicológico, em sua maioria, sugerem um impacto positivo da religião sobre a saúde mental do indivíduo. (Cambuy, Amatuzzi, & Antunes, 2006).

Maria, Helena, Josi e Bárbara fazem parte da mesma geração, geração esta que certamente foi mais reprimida que a geração atual. A história de vida dessas colaboradoras na interlocução com a revisão sistemática que fizemos nesta pesquisa, nos desvela o caminho que já foi percorrido na trajetória de luta pela conquista de mais direitos humanos e respeito ao diverso.

Muito embora reconheçamos que o foco de nosso estudo não tenha sido debater a criação de políticas públicas que assegurem os direitos de mulheres lésbicas, tomamos esse espaço para refletir acerca da Educação Sexual “enquanto uma área de conhecimento com possibilidade para compreender e acolher a lesbianidade (. . .) nas suas diferentes e diversas manifestações” (Vitoriano & Andrade, 2022, p. 203).

Falar ou silenciar a visibilidade lésbica, bem como a existência de todos os subgrupos que compõem a sigla LGBTQIA+, é fato que está diretamente atrelado à (não) violência praticada contra esses grupos. Segundo o último relatório publicado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2021), o Brasil continua sendo o país onde mais se mata membros da comunidade LGBTQIA+ no mundo. Em 2021, foram 300 mortes violentas no país, 8% a mais do que em 2020. De acordo com o relatório, 12 lésbicas foram mortas, o que corresponde a um total de 4%.

Ainda acerca da literatura a respeito da lesbianidade, foi observada a escassez de pesquisas produzidas por mulheres lésbicas. Nesse sentido, a compreensão desta orientação sexual é transmitida ao leitor por meio de uma visão masculina. Por essa razão, deixamos aqui

a provocação para que mais mulheres lésbicas se sintam instigadas a realizar pesquisas relacionadas à temática.

Sabe-se que essa pesquisa possibilitou novos horizontes de compreensão o fenômeno da lesbianidade por meio da história de vida de nossas colaboradoras, de modo que o(a) leitor que acompanhou a trajetória desta pesquisa até aqui poderia desenvolver outras possibilidades de compreensão para além das que traçamos e realizamos até aqui. Nessa perspectiva, encerramos nossa análise livres da intenção de esgotarmos o tema, já que o fazer científico é uma fonte inesgotável que começa ao nos sentirmos inquietos e instigados pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. L. (2021). As contribuições da Psicologia Social Acerca da Monogamia Compulsória (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade Pitágoras, Belo Horizonte. Recuperado de <https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2021/06/AS-CONTRIBUICOES-DA-PSICOLOGIA-SOCIAL-ACERCA-DA-MONOGAMIA-COMPULSORIA.pdf>.
- Alves, I. G., Moreira, L., E., & Prado, M. A. M. (2020). Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais: Política, Movimento e Heteronormatividade. *Revista Psicologia E Saúde*, pp.145–161. Recuperado de <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/1072>.
- Amatuzzi, M. M. (2014). *Por uma Psicologia Humana* (4a ed.). Campinas: Alínea.
- Amatuzzi, M. M. (2016). *O Resgate da Fala Autêntica*. Campinas: Alínea.
- Batista, L. E. (2020). *Chanacomchana: um sopro do lesbianismo paulista nos anos de 1980* Dissertação (Mestrado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/23360>.
- Borrillo, D. (2016). *Homofobia: História e Crítica de um Preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Brasil Escola. (c2023). Sigmund Freud. Recuperado de <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/sigmund-freud.htm>
- Bruns, M. A. T. (2011). A redução fenomenológica em Husserl e a possibilidade de superar impasses da dicotomia subjetividade-objetividade. In M. A. T. Bruns, & A. F. Holanda (Orgs.), *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas* (pp. 65-76). Campinas: Alínea.
- Cambuy, K., Amatuzzi, M. M., & Antunes, T. A. (2006). Psicologia Clínica e Experiência Religiosa. *Revista de Estudos da Religião - REVER*. Recuperado de https://www.pucsp.br/rever/rv3_2006/t_cambuy.htm.
- Chauí, M. (2010). *Convite à Filosofia* (14a ed.). São Paulo: editora ática.
- Cidade, M. L. R.; Bicalho, P. P. G. (2016). *Psicologia e Governamentalidade: Sexo e Gênero em Debate*. *Revista Epos*, 7(1). Rio de Janeiro/RJ. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2016000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt em 19 outubro de 2022.
- Dicio. (c2023). Lesbianidade. *Dicionário Online de Português*. <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=lesbianidade>.
- Dinis, N. F. (2014). O Amor entre Mulheres: A tolerância esconderia mais preconceito? *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, 5(1), pp.142 – 151. Recuperado de https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/4662/pdf_113.

- Elguy, L. P., & Andrade, D. R. S. (2021). As invisibilidades de homossexuais sob a perspectiva lésbica na representação temática nos catálogos das bibliotecas. *Revista ACB*, 26(3), pp. 1-12. ISSN 1414-0594. Recuperado de <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1821>.
- Fernandes, B. E., Lissa, B., & Rodrigues, R. L. (2020). Boletim Chanacom Chana e a transformação do silêncio em linguagem e em ação: ativismo lésbico-feminista na imprensa independente. *Signo*. Santa Cruz do Sul, 45(84), pp. 74-90. Recuperado de <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>.
- Forghieri, Y. C. (1993). *Psicologia Fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas*. São Paulo: Cengage Learning.
- Foucault, M. (2017). *História da Sexualidade: a vontade de saber* (6a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- França, G. V. (2011). *Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furlong, M., Sharkey, J., Felix, E., Tanigawa, D., & Greif-Green, J. (2010). Bullying assessment: A call for increased precision of self-reporting procedures. In S. Jimmerson, S. Swearer, & D. Espelage (Ed.), *The international handbook of school bullying* (pp. 329-346). New York: Routledge.
- Galvão, T. F. & Pereira, M. G. (2014). Revisões Sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 23 (1), 183-184. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222014000100183&lang=pt.
- Gonçalves, J. A., & Carvalho, A. R. R. F. Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: uma revisão sistemática. *Gênero*, Niterói, 20(1), pp.135-156. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/38495/22068>.
- Grupo Gay da Bahia (2022). Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil. Relatório do Grupo Gay da Bahia, 2021. <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>.
- Guimarães, J. S. (2017). *Igreja Inclusiva: diversidade sexual e experiências religiosas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR) - Araraquara, Araraquara, São Paulo. Recuperado de https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152495/guimaraes_js_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y.
- Guimarães, S. G., & Aras, L. M. B. (2013). DISTÚRBIOS DO INSTINTO SEXUAL – A MEDICINA LEGAL DEFINE A HOMOSSEXUALIDADE, LESBIANIDADE E TRANSGÊNEROS. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis. Recuperado de

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381512607_ARQUIVO_SabrinaGuerraGuimaraes.pdf

Guimarães, J. S., Zerbinati, J. P., & Bruns, M. A. T. (2019). Experiência religiosa lésbica: da exclusão à inclusão. *Revista do NUFEN*, 11(3), pp. 01-16. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.nº03artigo55>.

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria E Pesquisa* (Psic.: Teor. e Pesq. 21(3). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>.

Holanda, A. (2011). Pesquisa Fenomenológica e Psicologia Eidética: elementos para um entendimento metodológico. In M. A. T. Bruns, & A. F. Holanda (Orgs.), *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas* (pp. 65-76). Campinas: Alínea.

Lessa, J. (2003). *Solidão e liberdade*. Rio de Janeiro: SAEP Editora.

Lino, T. R. (2019). Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil. *Movimentação*, 6(10), pp. 10–22. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/10547>.

Marleta-Iezzi, F. T. (2013). *Adolescentes em tratamento psiquiátrico: um estudo fenomenológico das vivências em seus relacionamentos sócio-afetivo-sexuais* (Dissertação de Mestrado). à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Recuperado de https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-31032013-200503/publico/Dissertacao_Fernanda_T_Marleta_Iezzi.pdf.

Michaelis. (c2023). Lesbianidade. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/lesbianidade/>.

Moura, J. R. F. (2018). Da Morfologia ao Discurso: O Caso do Sufixo -ismo para denominar Práticas Homossexuais. *Revista de Letras da Universidade do Estado do Pará – UEPA*. Recuperado de <file:///C:/Users/Ana%20Cl%C3%A1udia/Downloads/rbessa,+Edi%C3%A7%C3%A3o+15-99-111.pdf>.

Mott, L (1987). *O Lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Mundo Educação. (c2023). *Rainha Vitória e o apogeu do Império Britânico*. <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/rainha-vitoria-apogeu-imperio-britanico.htm>.

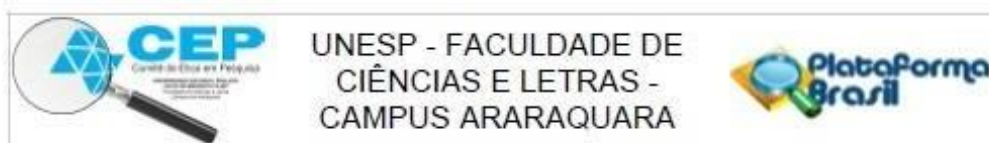
Nascimento, T. R. C. (2021). A família e a educação sexual de filhos(as) com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR) - Araraquara, Araraquara, São Paulo. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204270>.

- Nascimento, D. R. S. (2020). Androcentrismo, a Construção da Dominação Cultural Masculina. *Revista Científica Cognitionis*. Recuperado de <https://unilogos.org/revista/wp-content/uploads/2020/04/ANDROCENTRISMO-A-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DA-DOMINA%C3%87%C3%83O-CULTURAL-MASCULINA.pdf>.
- Oliveira, C. F. (2015). A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. *Les Online*, [Lisboa], 7(2), pp. 2-19. Recuperado de <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/20169>.
- Oliveira, M. de, Santos, J. B. F. dos, Ramos, M. C. N., & Oliveira, T. M. A. (2021). Invisibilidade, percalços e nuances da homossexualidade feminina. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, 2(8), pp.1-14. Recuperado de <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/647/560>.
- Palácios, J. (1995). O que é a adolescência. In C. COLL, J. PALACIOS, & A. MARCHESI, *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva* (v.1, pp.263-272). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pascoe, C. J. (2013). Notes on a sociology of bullying: Young men's homophobia as gender socialization. *QED: A Journal in GLBTQ Worldmaking*, (1), pp.1-18.
- Priberam. (c2022). Lesbianidade. *Priberam Dicionário*. <https://dicionario.priberam.org/lesbianidade>
- Rich, A. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(5), pp.17-44. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>.
- Santos, H. M., Silva, S. M., & Menezes, I. (2017). Para uma visão complexa do bullying homofóbico: desocultando o cotidiano da homofobia nas escolas. *ex aequo*, (36), pp. 117-132. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/110493/2/249022.pdf>
- Silva, M. E. F., & Brabo, T. S. A. M. (2016). *A Introdução dos Papéis de Gênero na Infância: Brinquedo de Menina e/ou de Menino?* Trama Interdisciplinar, 7(3). São Paulo. Recuperado de <file:///C:/Users/vitor/Documents/MESTRADO/REVIS%C3%83O%20SISTEM%C3%81TICA/Papel%20Social.pdf> em 25 outubro, 2022.
- Silva, M. S., Caetano, M., & Soares, M. C. S. (2020). A invenção da inversão: ciência, educação e lesbianidade. *Revista Diálogo Educacional*, 20(67), pp.1681-1705. Recuperado de <https://doi.org/10.7213/1981-416x.20.067.ds09>.
- Silva, A. das N., & Gomes, R. (2021). Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva* (Ciênc. saúde coletiva), 26(3). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.34542019>.
- Silveira, N. (1997). *Jung: Vida e Obra* (22a ed.). São Paulo: Paz e Terra.

- Toledo, L. G., & Teixeira, F. S., Filho. (2011). Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. *Revista de Psicologia da UNESP*, 10(1). Recuperado de file:///C:/Users/Positivo/Downloads/558-Texto%20do%20artigo-1714-1-10-20170922.pdf.
- Valadão, R. de C., & Gomes, R. (2011). A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, 21(4). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400015>.
- Venturini, F., & Borges, M. (1999). Linda Juventude. On *Linda Juventude* [CD]. Rio De Janeiro: Som Livre.
- Williamsom, I. R. (2000). *Internalized Homophobia and Health Issues Affecting Lesbians and Gay Men*. Recuperado de <https://academic.oup.com/her/article/15/1/97/775710> em 17 setembro, 2018.
- Yang, J., & Íñiguez-Rueda, L. (2021). La Homosexualidad en la Psicología de América Latina, España y Portugal. *Rev. Polis e Psique*, 11(2), pp.109–135. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v11n2/v11n2a07.pdf>.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do cep



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Lesbianidade em Questão: Um Estudo Fenomenológico.

Pesquisador: ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA VITORIANO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39299420.2.0000.5400

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.528.863

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Lesbianidade em Questão: Um Estudo Fenomenológico.

Pesquisador Responsável: ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA VITORIANO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39299420.2.0000.5400

Submetido em: 08/01/2021


Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara

Situação da Versão do Projeto: Aprovado

Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1633525

ANEXO B - Critério de Classificação Econômica Brasil (2021)

SISTEMA DE PONTOS

Variáveis

	Quantidade				
	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros	0	3	7	10	14
Empregados domésticos	0	3	7	10	13
Automóveis	0	3	5	8	11
Microcomputador	0	3	6	8	11
Lava louça	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer	0	2	4	6	6
Lava roupa	0	2	4	6	6
DVD	0	1	3	4	6
Micro-ondas	0	2	4	4	4
Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora roupa	0	2	2	2	2

Grau de instrução do chefe de família e acesso a serviços públicos

Grau de instrução do chefe da família		
Analfabeto / Fundamental I incompleto		0
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto		1
Fundamental II completo / Médio incompleto		2
Médio completo / Superior incompleto		4
Superior completo		7
Serviços públicos		
	Não	Sim
Água encanada	0	4
Rua pavimentada	0	2

Ati
Ace

Cortes do Critério Brasil

Classe	Pontos
1 - A	45 - 100
2 - B1	38 - 44
3 - B2	29 - 37
4 - C1	23 - 28
5 - C2	17 - 22
6 - DE	0 - 16

Figura 3 - Critério de Classificação Econômica Brasil. Nota. www.abep.org

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara/SP
Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

De acordo com a resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que regula os aspectos éticos de pesquisas que envolvam seres humanos no Brasil.

NOME DA PESQUISA: LESBIANIDADE EM QUESTÃO: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO

Pesquisadora responsável: Ana Cláudia de Oliveira Vitoriano¹

Orientadora: Profa. Dr.^a. Maria Alves de Toledo Bruns²

Prezada Colaboradora,

Sou Ana Cláudia de Oliveira Vitoriano², psicóloga CRP 04|53390, aluna do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP - Campus Araraquara/SP e orientanda da Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns³, docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Universidade “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP - Campus Araraquara/SP. Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: **“Lesbianidade em Questão: Um Estudo Fenomenológico”**. O objetivo desta pesquisa é compreender a história de vida de mulheres lésbicas. Sua participação se faz muito importante para a produção de pesquisas científicas acerca do tema. Por isso, convido-a a discorrer acerca de sua vivência respondendo à seguinte questão: *“Conte-me a respeito de sua história de vida desde sua infância, passando por sua adolescência e adultez, pelo*

¹ Ana Cláudia de Oliveira Vitoriano

Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus Araraquara. Integrante do grupo de pesquisa Sexualidadevida. Psicóloga e Psicoterapeuta.
Contato: e-mail vitorianoanaclaudia@gmail.com Tel: (35) 9-8876-3404

² Maria Alves de Toledo Bruns

Pesquisadora e docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara/SP. Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidadevida.
Contato: e-mail: toledobrun@uol.com.br

momento que você percebeu o seu desejo afetivo-sexual dirigido a outras mulheres, seus relacionamentos, até o momento atual”.

Nosso encontro será realizado online via Google Meet e será gravado. Após a transcrição da entrevista, a gravação será apagada e o conteúdo será utilizado somente nesta pesquisa e trabalhos que dela se desdobrarão. Comprometo-me a manter sob sigilo sua identidade sem que haja divulgação do seu nome. Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro em participar desta pesquisa. Em caso de desconforto durante nosso diálogo, você poderá interrompê-lo a qualquer momento. Caso sofrer qualquer tipo de dano comprovadamente decorrente de sua participação na pesquisa, é seu direito ser indenizada e receber assistência necessária nos termos da resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Reiteramos que sua participação é muito importante para que a pesquisa possa ser realizada e socializada, contribuindo sobretudo para ampliar os campos de conhecimento acerca da lesbianidade.

Caso aceite participar, convido-a a assinar este termo para documentarmos sua decisão. Ratifico que poderá desistir ou interromper a participação a qualquer momento sem que seja necessário justificar-se. Coloco-me à disposição para esclarecer qualquer dúvida referente a esta pesquisa pelo email: vitorianoanaclaudia@gmail.com ou pelo telefone (35) 9-8876-3404.

Tendo ciência do exposto acima, autorizo o diálogo do nosso encontro fazer parte dos dados da pesquisa: **“LESBIANIDADE EM QUESTÃO: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO”.**

Pouso Alegre, _____ de _____ de 2021.

Assinatura da colaboradora

Ana Cláudia Vitoriano
Pesquisadora Responsável

Prof. Dr^a Maria Alves de Toledo Bruns
Orientadora Responsável

CERTIFICADO DE CONSENTIMENTO

Eu (nome da colaboradora) _____,
RG n° _____, após tomar conhecimento das informações referentes à minha
disposição em participar desta pesquisa, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados,
concordo em participar deste estudo, declarando conhecer os termos desta pesquisa.

1. Minha participação é livre e voluntária;
2. A entrevista acontecerá online, por intermédio do aplicativo Google Meet, em dia e horário pré-agendados com a pesquisadora. Em hipótese alguma minha identidade será divulgada, sendo meu nome substituído por um nome fictício;
3. Fui informada de que posso interromper o diálogo com a pesquisadora, ou mesmo desistir da entrevista a qualquer momento, sem que isso se repercuta em qualquer forma de retaliação ou discriminação;
4. É garantido pela pesquisadora que não terei gastos extras por participar desta pesquisa.

Tenho ciência do exposto acima e autorizo minha entrevista como parte dos dados da pesquisa: *Lesbianidade em Questão: Um Estudo Fenomenológico*.

Pouso Alegre, _____ de _____ de 2021.

Assinatura da colaboradora:

APÊNDICE B - Roteiro para Construção do Perfil das Colaboradoras

1. NOME:
2. IDADE:
3. ESTADO CIVIL:
4. NATURALIDADE:
5. GRAU DE ESCOLARIDADE:
6. PROFISSÃO: